

2.

O ABSTRATO: os conceitos de “analítico” e “*a priori*” e o aspecto não-empírico das teorias

“All the colours of poetry, however splendid, can never paint natural objects in such a manner as to make the description be taken for a real landskip.”

Hume, *Essay Concerning Human Understanding* Section II

2.1. Um pouco de história: as noções de “analítico” e “*a priori*” na filosofia de Quine e seus antecedentes.

O artigo “Dois Dogmas do Empirismo” foi um marco para a filosofia analítica do pós-guerra:

“Com a publicação de seu artigo “Dois Dogmas do Empirismo” no início dos anos 50, Quine lançou um ataque feroz à distinção analítico-sintético. No processo, ele estremeceu uma crença fundamental defendida por filósofos e começou um debate que, até hoje, não terminou. Seu trabalho neste período teve um profundo e duradouro impacto na história da filosofia, especialmente para os positivistas lógicos, argumentando que seu projeto filosófico fora mal concebido.¹⁷”

Neste artigo, Quine procura criticar e desmontar dois pontos fundamentais do empirismo lógico vienense: o reducionismo e a distinção entre proposições analíticas e sintéticas. Os empiristas lógicos - em geral - consideravam as sentenças analíticas como as únicas que poderiam servir de base fundadora para o conhecimento. O raciocínio fundacionista era o seguinte: as sentenças analíticas, por serem verdades lógicas, são as únicas que podem ser consideradas necessariamente verdadeiras independentemente da experiência e por isso, são o tipo fundamental de sentença na construção do conhecimento seguro. De outro modo, as sentenças sintéticas não poderiam ser boas candidatas à função, pois só podem ser interpretadas como verdadeiras ou falsas com recurso aos fatos. E ainda, as sentenças sintéticas descrevem situações contingentes e por isso só poderiam ser avaliadas *a posteriori*, contrariamente às analíticas, que dependeriam unicamente de uma estrutura sintática onde sua compreensão e interpretação seriam dadas *a priori*. Conseqüentemente, alguns filósofos interpretam a lógica, a

¹⁷ “W.V.Quine: Perspectives on Logic, Science, and Philosophy” pág. 43

filosofia e a matemática como necessárias e *a priori* porque estariam fundadas em sentenças analíticas. Desta maneira, numa certa valorização extrapolada da relação entre sintaxe, *a priori* e analiticidade, membros do positivismo lógico defendiam que a atividade filosófica deveria consistir unicamente na análise lingüística de sentenças envolvendo o conteúdo de assunções, palavras e conceitos.

O artigo de 1951 é uma crítica aos rumos que o empirismo lógico, em particular Carnap, vinha dando à epistemologia. Porém, discussões acerca do analítico-sintético como par conceitual lingüístico-epistemológico são bem mais antigas e encontram-se presentes na obra de Leibniz, Kant e Frege. Leibniz não usa esta denominação, mas a idéia está presente na diferença entre seus conceitos de *verdades de razão* e *verdades de fato*. Enquanto as verdades de razão são verdadeiras em todos os mundos possíveis e por isso necessárias, as verdades de fato são contingentes. Já Kant, por sua vez, faz uso da distinção e define estes tipos de sentença como juízos ou expressões predicativas da forma “S é P”. Para Kant, as sentenças analíticas são as predicções onde o conceito do predicado está contido, de modo *a priori*, no conceito do sujeito; e as sintéticas são predicções ampliativas onde o predicado P adiciona informação ao conceito S. As sentenças analíticas apenas tornam explícitos conceitos – sob a forma de um predicado P qualquer- que já estão previamente contidos no significado de S. Kant tenta demonstrar que não só as sentenças analíticas têm caráter apriorístico, mas também alguns tipos de sentenças sintéticas. Para Kant, em todo juízo *a priori* seu valor de verdade não depende da experiência, seja ela uma experiência particular ou universalmente considerada.

É importante uma breve digressão sobre o pensamento de Kant, porque grande parte do que foi desenvolvido no início do século XX fora decorrente de mudanças no modo de pensar filosófico que começaram a partir dele. Inspirado por Hume, Kant pretende restaurar a metafísica frente à epistemologia empirista. Para isso, inicia a *Crítica da Razão Pura* com uma demarcação das diferenças entre conhecimento puro e conhecimento empírico. A obra começa, então, com uma afirmação categórica do pressuposto básico da epistemologia empirista: “Não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência”. Mas logo no segundo parágrafo o problematiza: “Se, porém, todo o conhecimento se

inicia com a experiência, isso não prova que todo ele se derive da experiência¹⁸”. Kant procura mostrar que há certo tipo de conhecimento que sai do campo da experiência possível e se “eleva acima do mundo sensível”. Este conhecimento, *a priori*, seria como que um “ponto de apoio”, “um suporte¹⁹” onde podemos nos firmar para aplicar nossas forças e mover o entendimento. Ou seja, Kant afirma que há um ponto de apoio para o progresso seguro e útil do conhecimento racional e que este é o conhecimento *a priori*.

Grande parte do processo racional, diz Kant, consiste em análises de conceitos que já temos a respeito dos objetos. Num juízo *a priori* possuo previamente todas as condições para formulá-lo, sem que seja preciso recorrer à experiência para exemplificá-lo ou justificá-lo. Isto implica que embora não ampliem os conceitos já adquiridos e apenas os decomponham, as análises fornecem explicações e esclarecimentos sendo, de certa maneira, úteis. Kant é categórico na afirmação de um domínio totalmente livre da experiência: “designaremos, doravante, por juízos *a priori*, não aqueles que não dependem desta ou daquela experiência, mas aqueles em que se verifica absoluta independência de toda e qualquer experiência.²⁰” Os conceitos em que nada de empírico a eles se mistura, e que não são derivados de nenhum outro, são conceitos totalmente puros e *a priori*. Estes conceitos são rigorosamente universais e necessários. Kant julga ser fácil mostrar que há no conhecimento humano juízos necessários e universais no sentido rigoroso. Assim como julga os juízos da matemática *a priori* puros, também afirma ser um juízo *a priori* a proposição científica ‘todas as mudanças têm que ter uma causa’. Conclui, portanto, que certos conhecimentos possuem uma sede, uma fundação pura, livre da experiência sensível e *a priori*, em nossa faculdade de conhecer.

Após distinguir conhecimento empírico e conhecimento puro, Kant diferencia tipos de juízo a partir das relações que os sujeitos mantêm com os predicados. Diz “Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo analítico ao juízo, no

¹⁸ *Crítica da Razão Pura*, pág. 36, Introdução (B) B1-B2

¹⁹ *CRP*, pág.41-42. B9-B10.

²⁰ *Ibid.*

segundo, sintético.²¹” Outro modo de qualificar é considerar os juízos analíticos como explicativos porque neste caso, embora o predicado nada acrescente ao conceito de sujeito, o decompõe de modo a analisar o conceito inicial em conceitos parciais que nele já se encontravam presentes. Funcionando como uma explicação, o predicado não adicionaria informação ao sujeito, mas nem por isso os juízos analíticos seriam óbvios ou triviais, pois mesmo sem trazer novas informações realizam um papel analítico, elucidativo. De outro modo, o juízo sintético é considerado como juízo extensivo porque acrescenta algo ao sujeito que não poderia ser adquirido por mera decomposição ou aclaração. Neste sentido, todos os juízos que vêm da experiência são sintéticos, pois acrescentariam informações ao conceito inicial que não poderiam ser deduzidas do mesmo, analiticamente. O problema nesta caracterização é definir quais as informações que ampliam o sentido do conceito e quais já estão incluídas em sua definição. Muitas vezes o limite entre o que está dentro ou fora do conceito-sujeito não é claro. Mesmo os exemplos dados por Kant não são óbvios. Para ele, por exemplo, enquanto ‘impenetrabilidade’ é uma característica presente analiticamente no conceito de corpo, ‘peso’ não é. Esta dificuldade de estabelecer o escopo de um conceito será interpretada por Quine como um indício da precária aplicabilidade recorrente aos conceitos de analítico e sintético.

A visão de Quine sobre o *a priori* e o analítico tem também, portanto, raízes na leitura que o empirismo lógico realiza de Kant. Depois de uma breve leitura da *Crítica da Razão Pura* fica claro que as idéias de Quine contra a metafísica enquanto um ponto de apoio para o conhecimento faz parte de uma crítica ao otimismo de Kant e dos positivistas em relação aos conceitos de *a priori* e analítico. Há, entretanto, no conceito de analiticidade criticado por Quine a construção de outro filósofo além de Kant. Do modo como é definida por Quine, a noção tem influência também da interpretação de Frege sobre o que são as sentenças analíticas.

Frege considera problemática a noção kantiana de analiticidade, pois a relação entre sujeito e predicado nas sentenças analíticas teria sido definida de modo metafórico. Dizer que o conceito de predicado está “contido” no conceito de sujeito não é algo que faça sentido do ponto de vista de Frege. Assim, procura

²¹ CRP, pág.42-43, A7

esclarecer o que é essa relação de contenção e em que sentido ela está livre de interpretações de cunho psicológico. Esta metáfora permite associações entre conceitos que não se relacionam por suas definições como, por exemplo, o par ‘escritor’ e ‘erudito’. Como nem todo escritor é um erudito e nem todo erudito é escritor, não podemos definir um termo a partir de outro e por isso, mesmo que pareçam analiticamente relacionados, os termos não o são. Para evitar confusão e um potencial excesso de flexibilidade presente na idéia de um conceito “conter” o outro, Frege procura levar mais precisão ao estudo das expressões predicativas. Considerou então a possibilidade de se expressar conceitos através de funções simbólicas que poderiam apresentar uma ou mais variáveis, e tratou a noção de analiticidade como uma propriedade puramente lógica. Desta maneira, procurou definir uma linguagem formal perfeitamente precisa, onde as sentenças seriam caracterizadas exclusivamente com relação à sua forma. Para isto, traçou distinções entre os papéis das expressões referenciais e das constantes lógicas. Valorizando e destacando as últimas, Frege mostra que elas não podem ser tratadas como se funcionassem referencialmente. “Ou”, “e”, “não”, “todos”, são termos que não possuem correspondentes concretos ou que podem ser “apontados”. Assim, as constantes lógicas têm uma função determinante na caracterização da forma das expressões, pois nos permitem caracterizar verdades lógicas como aquelas que são verdadeiras independentemente das expressões referenciais que ocorram nas sentenças. Frege então afirma que todas as sentenças analíticas verdadeiras se mantêm verdadeiras se trocarmos os termos referenciais nelas presente por outros termos referenciais que sejam sinônimos deles ou que os definam. Exemplo: ‘Todo poeta é um escritor’. Substituímos ‘poeta’ por um sinônimo como ‘escritor de poesia’ e temos que ‘todo escritor de poesia é um escritor’. E podemos continuar a substituir: ‘todo escritor de poesia é alguém que escreve’, e assim sucessivamente.

Esta noção de substituição por sinônimos acaba levando a discussão para o campo do significado e Quine, então, aponta alguns problemas que surgem quando adotamos um critério de analiticidade que envolva a noção de significado. Ainda que no artigo de 1951 não haja uma referência explícita ao trabalho de Frege, este critério para analiticidade que envolve significado e sinonímia é o critério utilizado pelos empiristas lógicos e, dentre eles, Carnap. A distinção entre sentenças analíticas e sintéticas desempenha um papel crucial nas filosofias do

Círculo de Viena e a influência de Kant e Frege na solução e caracterização destas questões é o que nos obrigou a esta breve introdução. Mas há outras inspirações mais diretas para Quine no que diz respeito às noções de *a priori* e analiticidade, bem como a respeito de questões sobre a natureza da lógica e da metafísica. Como dito, tentarei reconstruir alguns passos principais no desenvolvimento do pensamento de Quine a respeito dos problemas que – a seu ver – exigem uma virada naturalista na epistemologia. Por isso, antes da análise do artigo de 1951, irei me deter rapidamente em dois textos iniciais de Quine: as “Harvard Lectures on Carnap”, ministradas quando ele volta - em 1934 - aos Estados Unidos após estudos doutorais na Europa, e o artigo “Truth by Convention”, de 1935 onde organiza críticas ao positivismo lógico e sistematiza suas impressões sobre os seminários de Schlick, as discussões com Carnap em Praga e conversas com o lógico polonês Tarski.

Quine foi um dos primeiros filósofos da América a travar contato com o Círculo de Viena e as novas idéias filosóficas do início do século XX e por isso, ao voltar para o Novo Continente, foi responsável direto pela difusão das mesmas. Antes de se consagrar como crítico do positivismo lógico e, principalmente, antes de estabelecer críticas endereçadas à Carnap, a recepção de Quine à estes pensamentos é positiva e amigável. Nos textos das “Harvard Lectures”, Quine procura expor os pontos de vista de Carnap a respeito do *a priori*, da sintaxe e da filosofia como sintaxe ao invés de levantar pontos problemáticos nas idéias tratadas. E em “Truth by convention” Quine não rejeita propriamente as idéias de Carnap, mas sua leitura já não é tão descritiva e didática quanto nas conferências de 1934. Neste artigo de 1935 podemos observar um direcionamento mais claro do pensamento de Quine, sendo possível inclusive perceber raízes do naturalismo no modo como considera a natureza das verdades lógicas.

2.2. Filosofia como Sintaxe: as “Harvard Lectures” sobre Carnap e o empirismo lógico

A linguagem, sua relação com o mundo e com as questões filosóficas são um dos temas mais caros e principais nas discussões do Círculo de Viena. Ainda que não possamos caracterizar o Círculo a partir de uma tese, pois não há homogeneidade de pensamento entre os integrantes do movimento, há uma

questão que une o grupo. A questão é justamente o problema do uso e do lugar da linguagem no âmbito filosófico. Carnap, assim como Wittgenstein, acredita que as regras e leis lógicas não só estruturam a linguagem como também delimitam o que pode ser dito. As leis lógicas são fios de um tecido que limita certo campo, o campo lingüístico. Como o pensamento se dá através da linguagem e no campo lingüístico, a filosofia e as questões filosóficas devem passar necessariamente pela linguagem e devem ser resolvidas pela aplicação de leis lógicas, ou seja, através da análise estrutural da linguagem. Além desta questão, no círculo há uma preocupação como caráter científico do conhecimento filosófico.

Segundo Carnap, os empiristas lógicos – de um modo geral- afirmam que é possível reduzir o conhecimento aos dados da sensibilidade²². Assim, consideram que a unidade básica de significação é a sentença, mas não concordam sobre qual o tipo de sentença pode ser eleito como parâmetro principal para o processo de redução. Estas sentenças às quais todas as outras poderiam ser reduzidas, Carnap chama de protocolares. Ainda que não concordem sobre qual o melhor tipo de linguagem para a ciência e qual o tipo de sentença deva ser usada como sentença protocolar, os empiristas lógicos entendem que por este motivo não há o que se poderia chamar de sentença protocolar genuína ou linguagem científica genuína. Isto quer dizer que para eles não há um tipo de sentença único que descreva da melhor maneira as relações entre linguagem e experiência, entre sensibilidade e objeto, e que sirva de parâmetro ou de modelo para a construção teórica científica e objetiva. Segundo Carnap, “nenhuma sentença é o ponto final absoluto para redução. Sentenças de todos os tipos podem, se necessário, serem reduzidas a outras. Em cada caso, procedemos a redução até que chegamos a sentenças que reconhecemos por decisão.”²³ Carnap então conclui que não é possível criar equivalências lógicas entre enunciados científicos e enunciados sobre a percepção sensível, pois pela falta de parâmetro as equivalências não seriam totalmente consistentes ou mesmo sustentáveis. Por esta conclusão, Carnap modifica a estratégia de seu projeto filosófico e, ao invés de buscar o

²² “Pode-se formular uma das teses fundamentais do positivismo desta maneira: todo termo da linguagem L da ciência é redutível ao que podemos chamar de termos dos dados dos sentidos ou termos de percepção. (...) Os positivistas acreditavam que todo termo descritivo da ciência podia ser definido por termos de percepção e, portanto, que toda sentença da linguagem da ciência podia ser traduzida em uma sentença acerca das percepções.” Em “Testability and Meaning” págs.191-192

²³ “On Protocol Sentences.” pág. 467

reducionismo lingüístico, procura tornar clara a linguagem científica através da elaboração de linguagens simbólicas que tornem evidente a estrutura lógica de toda e qualquer linguagem.

Deste modo, mesmo afirmando que não há uma única possibilidade de construção lingüística dos objetos ou conceitos da ciência, a investigação de Carnap continua voltada em direção aos edifícios teóricos. Sua idéia é de mostrar como a filosofia pode contribuir para mostrar a estrutura geral das teorias científicas desde suas bases empíricas até os conceitos mais abstratos. Ou seja, “como o conhecimento pode chegar de um objeto a outro, como ele pode construir os degraus de um sistema de conhecimento, em que ordem e de que forma.”²⁴ Então, Carnap desenvolve um projeto que visa mostrar a estrutura sintática, a estrutura formal das teorias sem que isto implique em esclarecer nada acerca do conteúdo empírico dos conceitos e suas relações com a percepção.

De maneira sintética, podemos considerar, para os objetivos deste estudo, ao menos duas fases²⁵ no pensamento de Carnap. A primeira, desenvolvida no livro *A Estrutura Lógica do Mundo*²⁶ elaborado entre 1921 e 1924 e publicado em 1928, em que sua preocupação está circunscrita ao tema do reducionismo e onde argumenta que todas as teorias científicas, todas as sentenças que fazem parte das teorias científicas são definíveis em termos da experiência sensível. Este livro é marcado por dois grandes pontos: uma rejeição do psicologismo e a defesa de um empirismo forte. Já na segunda fase, marcada pelo *A Sintaxe Lógica da Linguagem*²⁷, publicado em 1934, Carnap abandona a idéia de traduzir os conceitos da ciência para uma linguagem sensória e volta-se para a tentativa de elaboração de uma linguagem artificial que pudesse se estabelecer como modelo normativo. Esta obra é marcada por uma perspectiva pragmática e absolutamente convencionalista da linguagem além de ser uma grande contribuição para a filosofia da lógica.

É justamente entre uma fase e outra, entre a escritura de um livro e outro, que Carnap e Quine se encontram em Viena. Em 1932, Quine termina sua tese de

²⁴ *Aufbau* § 178.

²⁵ A divisão da filosofia de Carnap em fases é sugerida na tese de Sofia Stein, *A Construção da Linguagem e do Mundo: Aproximações entre a Filosofia de Carnap e Quine*.

²⁶ *Der logische Aufbau der Welt*, traduzido para o inglês como *The Logical Structure of the World*

²⁷ No original *Die logische Syntax der Sprache*, traduzido para o inglês como *The Logical Syntax of Language*

doutorado sobre o *Principia Mathematica* de Russell e Whitehead. Logo após, recebe uma bolsa de pós-doutorado para ir à Viena. Quine, tendo ouvido falar do trabalho de Carnap sobre a utilização da lógica simbólica na análise das ciências empíricas, procura-o e o encontra neste mesmo ano de 1932, em Praga. Quine foi um dos primeiros filósofos a estudar o *The Logical Structure of the World*, o *Aufbau* de Carnap. E também, foi uma das primeiras pessoas a ler o manuscrito – na época ainda não publicado – do *A Sintaxe Lógica da Linguagem*. Neste início, Quine mostra-se um grande entusiasta do pensamento carnapiano e volta para os Estados Unidos disposto a levar para lá o pensamento de Carnap. As três conferências ministradas por Quine – as “Harvard Lectures on Carnap” – representam o momento inicial das trocas intelectuais entre os dois.

Para fins de análise, podemos dividir as três conferências em dois grupos. Na primeira, Quine oferece um panorama geral da visão de Carnap sobre a teoria do conhecimento e apresenta sua tese central, a de que “filosofia é sintaxe”²⁸. Apesar de não discutir nenhum trabalho de Carnap em específico, Quine procura explicar e contextualizar a tese da filosofia como sintaxe. Nas outras duas conferências há a preocupação com descrições, terminologia, conceitos e demonstrações em maiores detalhes. No início das palestras, Quine afirma que irá tratar do “novo Carnap”, presente em artigos recentes à época e no manuscrito do *The Logical Syntax of Language*. Quine não discute a primeira obra de Carnap, ainda que esta tenha sido uma grande influência em sua filosofia naturalista. As conferências têm como título, respectivamente, “The A priori”, “Syntax” e “Philosophy as Syntax”.

Aqui nos ocuparemos brevemente da primeira conferência, “The A Priori”, pois o resgate dessas *Lectures* tem um objetivo bem definido, o de mapear a crítica de Quine ao *a priori* e ao analítico para podermos analisar em que medida o naturalismo e a virada pragmática que ele propõe posteriormente conformam uma solução satisfatória. Para isso, irei percorrer a exposição que Quine oferece de algumas teses de Carnap sobre sintaxe e construção de teorias, mas sempre com a intenção de mapear o distanciamento de Quine e Carnap a respeito da analiticidade. Conseqüentemente, buscarei mapear o percurso do próprio Quine em sua reflexão sobre a questão.

²⁸ “Carnap’s central doctrine, which is the main concern of these lectures, is the doctrine that philosophy is syntax.” em *Dear Carnap, Dear Van*, pág. 47

Quine inicia a primeira conferência afirmando que Carnap, assim como seus associados no Círculo de Viena, procura mostrar que é possível evitar a metafísica. Mas, para chegar a esta conclusão ele precisa demonstrar a pertinência da tese de que é possível reduzir a filosofia à sintaxe. E para isso, para mostrar como o trabalho da filosofia é o de esclarecimento do lugar dos conceitos nas teorias e nas frases, é preciso deixar claro o papel fundamental das sentenças analíticas e *a priori*.

Resgatando brevemente a história, explica que “De acordo com Kant, juízos *a priori* e juízos analíticos não coincidem inteiramente; para ele, todos os juízos analíticos são, é claro, *a priori*, mas nem todo juízo *a priori* é analítico. Um juízo é *a priori* se ele tem ‘a característica de ser uma necessidade interna’, como diz Kant, e puder ser mantido independentemente de toda experiência possível.²⁹” Segundo Kant, os juízos *a priori* podem ser também sintéticos se não dependem da experiência e não seguem da mera definição dos termos. Kant considera as proposições da geometria como sintéticas *a priori*. Entretanto, Quine não aceita esta posição e afirma, fazendo uso da tese convencionalista de Carnap que “o desenvolvimento, no século passado, dos estudos fundacionais da matemática deixou claro que nenhuma das matemáticas, nem mesmo a geometria, precisam depender de nada a não ser de convenções lingüísticas de tipo definicional. Deste modo, tornou-se possível relegar a geometria ao campo analítico, juntamente com o resto da matemática. Isto esvazia o sintético *a priori*. O analítico e o *a priori* tornam-se coextensivos.³⁰”

Ainda que Quine faça neste momento uso da tese convencionalista carnapiana, que depois irá rejeitar, há uma afirmação importante nesta explicação. Mesmo mudando de justificativa a respeito da natureza das sentenças da matemática, Quine não deixará de considerar o analítico e o *a priori* como conceitos coextensionais. Inclusive, os tratará de modo tal que nem o sentido próprio de cada conceito será suficiente para marcar as diferenças entre eles.

²⁹ “According to Kant, a priori judgments and analytic judgments do not entirely coincide; for him all analytic judgments are of course a priori, but not all a priori judgments are analytic. A judgment is a priori if it has “the character of an inward necessity”, as Kant says, and holds independently of any possible experience.” Em *Dear Carnap, Dear Van*. pág.48

³⁰ “But the development of foundational studies in mathematics during the past century has made it clear that none of the mathematics, not even geometry, need rest on anything but linguistic conventions of a definitional kind. In this way it becomes possible to relegate geometry to the analytic realm, along with the rest of mathematics. This empties out the a priori synthetic. The analytic and the a priori become coextensive.” Em *Ibid*, pág.48

Quine explica que, diferentemente de Kant, para Carnap os juízos analíticos são conseqüências de definições, de convenções quanto ao uso de palavras. Sua verdade depende diretamente da análise dos conceitos envolvidos, e o que ele nos exige é a atenção para o que está contido em nossas definições de termos. Deste modo, os juízos analíticos são *a priori* porque sua verdade não depende da experiência, mas do vocabulário empregado. “Juízos analíticos são conseqüências de definições, convenções a respeito do uso das palavras. Elas são conseqüência de uma arbitrariedade lingüística.³¹” Assim, a analiticidade de uma sentença depende de como ela será definida, e o modo como uma coisa qualquer é definida depende das convenções estipuladas para o uso das palavras.

Ainda que no uso comum da linguagem não haja uma preocupação mais efetiva com definições, na construção de uma linguagem, as definições são necessárias. Desta maneira, Carnap, seguindo o mesmo paradigma lingüístico-filosófico do Círculo de Viena, propõe a construção de uma linguagem simbólica artificial numa tentativa de se esquivar da complexidade da linguagem natural. Como a linguagem natural oferece muitas irregularidades e regras extremamente complexas, a construção de uma linguagem simbólica faz sentido na medida em que ela elimina a confusão e simplifica o estudo para que seja possível o entendimento dos mecanismos básicos que regulam os dois tipos de linguagem. Porém, a separação entre linguagem natural e artificial gera alguns problemas de ordem filosófica. Por exemplo, a natureza de uma linguagem artificial não seria a mesma de uma linguagem natural. Enquanto a linguagem artificial seria convencional por natureza, a linguagem natural não teria este caráter. E assim, a linguagem artificial não poderia ter a função de explicar a linguagem natural ou esclarecer seus processos. Entretanto, Carnap considera a linguagem artificial como um sistema axiomático formal que deve funcionar como modelo para as teorias científicas e a análise dos usos da linguagem natural.

Para Carnap, os termos de uma linguagem são definidos por princípios epistemológicos fundamentais e estes, por sua vez, são definidos por meras convenções. Carnap considera então que há, no interior de um sistema de referências dois campos distintos, o campo do conhecimento *a priori* e o campo do conhecimento empírico. As verdades por convenção, ainda que sejam

³¹ “Analytic judgments are consequences of definitions, conventions as to the uses of words. They are consequences of linguistic fiat.”

acordadas, são, portanto, de um domínio inteiramente diferente do domínio das verdades empíricas. Toda a preparação teórica realizada na primeira conferência tem como objetivo a exposição do argumento que mostra o caráter convencional das verdades da lógica e da matemática. Creath, num artigo sobre a recepção das reflexões de Carnap sobre analiticidade, analisa e separa a primeira conferência de Quine em três seções: “a primeira trata de definições, a segunda mostra como tratar as definições ou as convenções lingüísticas de modo a fazer com que grande parte da lógica seja verdadeira por definição ou convenção, e a terceira sessão levanta e resolve a questão acerca de quão longe a convencionalização pode ir.”³² Seguindo mais ou menos esta divisão, verificaremos o tratamento das definições e da formação de sentenças no sistema axiomático através de regras para depois discutirmos como estes aspectos se relacionam com a analiticidade e o convencionalismo.

Ao estabelecermos uma definição de um conceito no interior de um sistema axiomático, algumas dificuldades surgem, como por exemplo, qual deve ser a definição inicial que servirá de base para a construção das outras. Para definir é preciso, antes, que tenhamos regras de formação de sentenças. Carnap divide as regras sintáticas de uma língua em duas classes: as regras formativas (Formregeln) e regras transformativas (Umformungsregeln). As regras formativas nos apresentam como as sentenças podem ser construídas. É a partir destas regras que decidiremos quais expressões ou complexos de signos serão classificados como sentenças, pois se partirmos da combinação aleatória dos signos, alguns complexos serão sentenças e outros não. Todo complexo de signos que não são sentenças e que não cumpriram as regras sintáticas são classificados como anti-sintáticos ou sem sentido.

Para cada linguagem há um conjunto de regras formativas, mas pelo fato da linguagem natural ter irregularidades, ela não é – ao contrário das linguagens artificiais- um bom parâmetro para regimentação e construção de teorias. Assim, a linguagem artificial de Carnap possui regras formativas simples e em pouca quantidade porque pretendem ser, de certo modo, um modelo paradigmático das regras formativas de linguagens mais complexas. A linguagem-espécime

³²“ That lecture falls into three sections: the first deals with definition, the second shows how to frame definitions or linguistic conventions so as to render a large part of logic true by definition or by convention, and the third section raises and resolves the question of how far this conventionalizing is to go.” em “Initial Reception of Carnap’s Doctrine of Analyticity” Pág. 480

(linguagem-modelo) de Carnap é constituída de signos da lógica matemática e da matemática onde a sintaxe lógica desta linguagem está dividida em duas partes, a pura e a descritiva. A sintaxe lógica pura é responsável por estruturar um sistema analítico de definições e suas conseqüências³³. E com a sintaxe lógica descritiva somos capazes de realizar a análise de expressões empíricas das ciências naturais ou das linguagens naturais em geral.

Para tanto, os símbolos matemáticos são trocados por letras que formam matrizes, modelos que funcionam como operadores. Esta linguagem exige mais do que notações da lógica matemática, pois ela pretende ser capaz de estabelecer sentenças descritivas sobre o mundo. Ao invés de nomes próprios, esta linguagem usa um sistema de coordenadas: um dado evento pontual será representado por uma quádrupla ordenada, onde os números x , y , z e t irão representar, em unidades arbitrárias, a longitude, a latitude, a altitude e a tarditude³⁴ de um dado evento pontual. Regiões extensas no espaço podem ser expressas através da aplicação da geometria analítica, ou seja, através de equações com quatro variáveis. Além da construção teórica para modelar as regiões do espaço, Carnap supõe uma aritmetização de propriedades empíricas como a cor, a temperatura. A linguagem-modelo com sintaxe descritiva tem uma multidão indefinida de operadores descritivos, que são usados para construir sentenças empíricas. Mas a gradação de propriedades empíricas pode ou não ocorrer de acordo com um princípio definido. Se não ocorrer, é provável que ela seja arbitrária e neste sentido dificilmente será modelada, pois é preciso que os objetos tomados tenham um comportamento regular.

Por outro lado, para a construção de regras formativas na linguagem-modelo através da sintaxe pura, é preciso pressupor a consideração de signos primitivos, ou seja, signos que são utilizados na linguagem sem serem especificados por definições explícitas. Ou seja, signos que funcionam como abreviações de complexos de outros signos. Com estes signos é possível construir sentenças. O que Carnap chama de sentenças são formas de sentenças, que contêm

³³ Carnap oferece uma formulação de conseqüência lógica e de construção de axiomas que é puramente sintática. Parece também que Carnap estava atento à diferença entre provar logicamente e mostrar uma conseqüência lógica, pois restringe seu sistema axiomático à segunda categoria, sem adentrar as complicações inerentes a questão das provas lógicas no interior de um sistema.

³⁴ Em inglês o termo é o mesmo 'tarditude', que indica temporalidade. Junto com as outras coordenadas, eles formam o conjunto de informações, 'data', que representam o ponto no espaço.

variáveis e podem ser interpretadas como verdadeiras ou falsas. A forma da sentença é aquela verdadeira para todos os valores das variáveis. Mas para uma sentença combinar-se com outra em uma relação de consequência lógica, é necessário fazer uso das regras de transformação e formação de sentenças e símbolos. Enquanto as regras formativas especificam as condições sob as quais os signos podem ser combinados, as regras transformativas da sintaxe especificam as condições sobre as quais sentenças podem ser inferidas. As regras transformativas respondem às definições implícitas.

A noção de analiticidade depende da noção de definição. Quine discute, então, dois tipos de definição: as explícitas que são meramente abreviações de conceitos estipulados através de convenções, e as implícitas. As definições explícitas são o que usualmente consideramos ao pensar no conceito de definição. Por exemplo, diz Quine, “a definição de momento como massa vezes velocidade é uma definição explícita: é uma abreviação arbitrária para a expressão composta ‘massa vezes velocidade’.³⁵” Ainda que a palavra ‘definição’ seja muitas vezes restrita a este tipo explícito de definição, é importante atentar que quando Quine utiliza o conceito, refere-se aos dois tipos. Ou seja, refere-se de modo geral às convenções que estipulamos para utilizar as palavras.

As definições implícitas têm uma forma diferente da explícita. Ao invés de serem relativas, como as explícitas onde especificamos o uso de uma palavra através de outras, as definições implícitas dizem respeito a um termo específico. A definição implícita de um termo K qualquer é um conjunto de uma ou mais regras que especificam que todas as sentenças que contém a palavra K em uma determinada forma são para serem aceitas, em nome de uma convenção, como verdadeiras. A verdade deste conjunto de regras é o que garante o significado de K. Por exemplo, diz Quine, “um conjunto de postulados que contém uma palavra K não definida pode ser tomado como uma definição implícita de K: os postulados são adotados como verdadeiros por convenção e o signo K é, desta forma, parcialmente ou completamente definido.³⁶”

A analiticidade depende apenas da noção de definição, pois é uma consequência do uso que fazemos das palavras. Mas normalmente, supõe Quine, não estamos preocupados com analiticidade ou definições porque aprendemos

³⁵ *Dear Carnap Dear Van*, pág.48

³⁶ *Ibid.* pág. 49

nosso vocabulário através de um processo cotidiano de condicionamento psicológico. Nós usamos um vocabulário de modo quase inocente e isto não nos impede de manter comunicações, pois a maioria das pessoas que nos cerca, nossos conterrâneos, aprenderam a usar as palavras do mesmo modo que nós. Sendo assim, a preocupação com as definições, a convenção acerca do uso correto de palavras e as regras para manipulá-las só são importantes em um estágio mais sofisticado da comunicação, quando pretendemos construir teorias que explicam ou descrevem o mundo.

Então, quando se quer ganhar clareza, precisão e rigor, procuramos nos afastar do uso informal das palavras e deliberamos definições e especificamos usos e aplicações de conceitos. Quine supõe uma ordem para o processo de construção de definições, e Creath batiza esta suposição como “método das sentenças aceitas³⁷”. A sugestão de Quine é que sempre começamos de um ponto onde nenhum conceito está definido, mas que palavras são usadas de certa forma qualquer e que seus usos são aceitos como corretos. Temos então uma palavra K qualquer e um conjunto de sentenças onde K ocorre, empregada através de senso comum. Quando nos confrontamos com o trabalho de definir K, procuramos especificar o uso da palavra de acordo com estas sentenças que aceitamos previamente. Porém, isto seria fácil se tivéssemos apenas um punhado de sentenças onde K ocorre. Como há, por vezes, um número infinito de sentenças deste tipo, a definição torna-se parcial se dá conta apenas de um conjunto finito de sentenças. Isto indica que quando o conceito satisfaz apenas algumas sentenças, ele dá espaço para ambigüidade e a definição é considerada como parcial. Há, entretanto, um método para que a definição seja construída de modo satisfatório. Elimina-se as sentenças onde o termo em questão ocorra de modo vago e organiza-se um conjunto de sentenças onde a ocorrência do termo é relevante. Estas sentenças essenciais são as mais importantes para a definição de um conceito e é a partir delas que extrairemos a definição. Quine as denomina sentenças com ocorrência material, onde o sentido de “material” é quase o mesmo de “essencial”. Assim, todas as sentenças aceitas onde os termos em questão ocorrem materialmente podem ser consideradas analíticas porque são convenções lingüísticas que governam o uso do referido termo.

³⁷ Em “Initial Reception of Carnap’s Doctrine of Analyticity”, pág.480.

Quine então faz o caminho oposto ao que poderíamos imaginar ao pensarmos em definições. Geralmente iríamos do termo *p* às ocorrências de *p*. Mas para ele o que acontece é o contrário, primeiro temos acesso às ocorrências de *p* em frases complexas e variadas, depois extraímos destas frases o sentido geral ou a forma de *p*. Estas frases das quais podemos extrair a forma geral de *p* são as frases consideradas analíticas. Elas tornam-se frases analíticas na medida em que são selecionadas como parâmetro para o uso e compreensão do termo *p*. Estas frases são as mais firmemente aceitas, pois seu uso encontra-se profundamente enraizado em nosso hábito a ponto de poderem ser, inclusive, tomadas como necessárias. Por terem sido selecionadas através de convenção, as frases analíticas envolvem escolha, senso comum e um certo componente empírico. Por decorrerem de costumes lingüísticos, de hábitos de uso, as sentenças analíticas não têm, para o convencionalista, limites bem definidos. Como a analiticidade decorre de um corpo de crenças e conhecimentos já existentes, de um uso que já se realiza, não surge a questão acerca de uma forma estrutural prévia da linguagem. Para Carnap, de modo contrário a Quine, a analiticidade é uma noção epistêmica que diz respeito a um modo de justificar crenças e o conhecimento. Em Carnap, o conhecimento envolve uma estrutura de justificação que é pressuposta, mas para Quine, esta estrutura está dada empiricamente. Deste modo, não há limites para a construção de sentenças analíticas porque todos os termos de nossa linguagem podem ser definidos analiticamente. Desta maneira, as sentenças analíticas só servem de parâmetro para construção de definições, e não ocupam um lugar de justificação de conhecimento, mas de convenção de uso.

Ainda que todas as sentenças possam ser transformadas em sentenças analíticas, isto não é desejável, pois chegaria um momento em que perderíamos o parâmetro de definição. Assim, temos que escolher quais as sentenças queremos transformar em analíticas para que estas sim sirvam como base de definição para outras. Quine afirma que as verdades que menos estamos dispostos a reconsiderar são as verdades da lógica e da matemática. Estas sentenças aceitas da matemática e da lógica devem ser, então, transformadas em sentenças analíticas. Quine conclui, sobre a origem das sentenças analíticas, que elas são proposições verdadeiras por causa de convenções lingüísticas, e também que é igualmente uma questão de convenção lingüística a escolha de quais as sentenças que devem ser

transformadas em analíticas. Em todo caso, “estamos igualmente livres para deixar fora do campo da analiticidade algumas de nossas sentenças aceitas, e continuarmos a tratá-las como o que poderíamos chamar de um dogma deliberado, uma intuição mística ou uma revelação divina.” Tratando a analiticidade segundo uma perspectiva convencional, Quine não precisa lidar com o *a priori* do mesmo modo que Kant. Ao invés de considerá-lo um conceito metafísico ligado à intuições e ao sujeito transcendental, Quine colapsa o significado de *a priori* ao de analítico e o trata como uma classe de sentenças no interior de uma linguagem. Estas sentenças são fundamentais, pois são definições de termos que, funcionando como postulados semânticos apresentam suas regras de uso. As sentenças consideradas como *a priori* são as últimas que escolhemos para serem redefinidas ou reconsideradas quando encontramos alguma contradição ou inconsistência em nossa teoria, porque elas são as mais básicas de nosso sistema conceitual, já que a partir delas outras sentenças são derivadas. Assim, Quine consegue deixar de fora questões extra-lógicas e extra-lingüísticas ao tratar de juízos analíticos e *a priori*, tirando o caráter metafísico e transcendental destes conceitos. Ainda que os juízos analíticos e *a priori* não sejam considerados por Quine segundo uma perspectiva metafísica, sua análise a partir da sintaxe serve para Quine criticar este uso. “A possibilidade deste procedimento sintático tem ainda uma relevância importante para a metafísica: ele mostra que todos os problemas metafísicos relativos ao sintético *a priori* são gratuitos e nada além de procedimentos sintáticos mal considerados.³⁸” A conferência termina com Quine advogando a importância da sintaxe para a filosofia e as ciências e recomendando um estudo rigoroso da sintaxe formal.

Podemos, desta conferência, encontrar raízes de duas futuras teses notadamente quineanas: o caráter obscuro da distinção entre sentenças analíticas e sintéticas, e um princípio empírico naturalista. Percebemos que Quine não é favorável à diferença entre um campo empírico e um campo puro, mas que sua visão também traz certos problemas como, por exemplo, a arbitrariedade na construção das definições e a falta de justificação epistemológica na estipulação de certas regras em detrimento de outras. Pois ainda que seja possível estipular convencionalmente que iremos obedecer a certa regra de inferência, isto não nos

³⁸ *Dear Carnap, Dear Van*, pág.66

garante nada epistemicamente. Podemos questionar a eleição de uma regra ao ponto de um regresso ao infinito. Isto ocorre porque para estipularmos uma regra de inferência devemos estipular convencionalmente que iremos obedecer a uma regra de inferência. Não há uma diferença entre regra e convenção e neste sentido a justificação para se considerar uma regra ou outra parece arbitrária e sem preocupação com um estudo epistemológico mais sério. Além disso, como crítica à posição de Quine, sugiro que estas dificuldades estão permeadas por uma falta de distinção entre o qual seria o lugar da linguagem e o da metalinguagem. Destas questões apresentadas nas “Lectures on Carnap”, Quine monta sua posição no artigo “Truth by Convention”.

2.3. Verdades como convenções: crítica à Carnap e reflexões sobre a natureza das construções teóricas

Quine está de acordo com Carnap a respeito do modo de abordar a noção de *a priori*. Ambos procuram explicá-la em termos de linguagem, através de uma estratégia que envolve noções sintáticas e semânticas. Enquanto Carnap considera que as regras de linguagem têm o mesmo sentido ou a mesma função das convenções, Quine defende que há uma diferença entre a natureza das convenções e a origem das regras da linguagem. Se para Carnap as convenções geram verdades, Quine afirma que as regras, definições e convenções não as criam. Verdades lógicas apenas tornam explícitas outras verdades que não são verdades lógicas, mas verdades da experiência e do hábito. Além desta divergência, Quine não se convence das razões que Carnap apresenta para o reducionismo no conhecimento. Entretanto, a crítica ao reducionismo só ficará explícita mais tarde, em “Dois dogmas sobre o Empirismo”. No artigo de 1936 Quine ainda considera válida a redução de qualquer princípio a outros primitivos a fim de reduzir o número de proposições, simplificando e integrando-as em nossas teorias. Importante salientar que em 1936 Quine defende idéias próximas das de Carnap, que é considerado sua grande influência. É comum afirmar que “Truth by Convention” marca o início do conflito teórico entre os dois e que as idéias desenvolvidas no artigo apresentam argumentos que só seriam desenvolvidos por

Quine muito depois. Contudo, como sugere Creath³⁹, este tipo de leitura é tentadora, mas enganosa pois Quine não é hostil à Carnap que é comumente citado por ele como oferecendo uma visão correta sobre o assunto. Porém, ao contrário do que sustenta Creath, penso ser correto considerar que este é um artigo crítico, ainda que não explicitamente endereçado à Carnap.

Para mostrar que as verdades lógicas são uma transformação das assunções do senso comum em afirmações explícitas, Quine inicia o artigo afirmando que a estipulação de verdades é um critério para se qualificar o avanço de uma ciência. Uma ciência avança na medida em que introduz definições para suposições tomadas acriticamente, pois a introdução de definições acompanha o aumento do rigor. As relações recrutadas para serem definidas são aquelas escolhidas para ganhar o status de ‘princípios analíticos’: “O que antes era tomado como uma teoria sobre o mundo vem a ser reconstruído como convenção de linguagem. Este fluxo, então, que vai do teórico ao convencional é um adjunto no progresso das fundações lógicas de qualquer ciência⁴⁰”.

Os princípios analíticos são comumente explicados como aqueles que procedem da lógica e das definições, são os que, pela substituição de *definienda* por *definientia*, vem a ser uma verdade da lógica. Segundo Quine, a diferença entre a lógica matemática e as ciências físicas está na capacidade de geração de princípios analíticos. Enquanto a lógica matemática pode ser completamente construída com princípios analíticos, as ciências físicas são reconhecidas por serem capazes de evoluírem apenas incompletamente nesta direção, pois estão destinadas a reter sempre uma parcela de doutrina não-convencionada. Quine afirma estar convencido, por causa de “alguns eventos de décadas passadas”, de que a lógica e a matemática são puramente analíticas ou convencionais. Porém, não está certo de que faz sentido contrastar e diferenciar o caráter analítico das ciências físicas e da lógica matemática. Estas ciências não apresentam uma diferença de natureza porque ambas seriam geradas mais ou menos da mesma forma. A diferença seria de grau ou de quantidade, pois as ciências físicas nunca

³⁹ “There is a great temptation to read into the text of this early paper the more fully developed arguments and alternatives that appeared only later in Quine’s writings. (...) Above all, it would not have appeared as the opening volley in a powerful and sustained attack on Carnap’s philosophy” em “Initial Reception of Carnap’s Doctrine of Analyticity” pág. 487

⁴⁰ “What was once regarded as a theory about the world becomes reconstructed as a convention of language. Thus it is that some flow from the theoretical to the conventional is an adjunct of progress in the logical foundations of any science.” Em “Truth by Convention”, pág. 77.

chegariam ao tanto de analiticidade que há na lógica matemática. Quine mostra que a natureza das ciências físicas e da lógica matemática é a mesma partindo do princípio de que ambas são teorias e que podem ser construídas da mesma forma. Assim, para demonstrar a natureza das ciências e a forma como construímos teorias, Quine parte da idéia de definição.

Inspirado no conceito que Russell e Whitehead utilizam no *Principia Mathematica*, considera que definição é uma abreviação notacional convencionalizada que envolve a introdução de alguma expressão específica. Entretanto, ainda que a idéia de definição seja uma só, há diferentes tipos como, por exemplo, a definição simples, a contextual e a complexa. Para encurtar a análise e deixá-la sucinta e objetiva, abordaremos apenas as características e funções da definição simples, pois a definição contextual já foi examinada nas “Harvard Lectures” sob o nome de definição implícita. Já as definições complexas não são tão relevantes para o tema da analiticidade quanto as simples, pois os problemas que encontramos nas simples se mantêm nas definições complexas. A definição simples é uma espécie de atalho para alguma expressão mais complexa do que ela, enquanto que a contextual introduz pares que são mutuamente análogos de acordo com esquema mais geral. Mas de modo geral e de um ponto de vista formal todos os signos introduzidos em definições são completamente arbitrários e não dependem de nada além da vontade e criatividade daquele teórico que primeiro os introduz. Esta é a principal questão explorada por Quine no artigo “Truth by Convention”. Se os signos introduzidos em definições são arbitrários, a verdade expressa pelas definições não deve ser apenas aquilo que um teórico convencionou pois senão ela mesma seria arbitrária e dependente da vontade dos teóricos.

Quine admite que uma definição transmite verdade quando ela é algo que está para além destes signos arbitrários. Por isso, toda definição é teoreticamente imaterial. Uma evidência disto é que a abreviação introduzida deve admitir em todos os casos a sua própria eliminação, em favor daquilo que ela abrevia. Funcionalmente, diz Quine, uma definição não é uma premissa da teoria, mas uma licença para reescrevê-la (“a licence for rewriting theory”). E é por isso que, isolada de toda doutrina, uma definição é incapaz de fundamentar a afirmação mais trivial, porque a definição parecia análogos de acordo com um esquema geral e complexo que age como função entre os termos. Neste sentido, uma relação de

identidade presente em uma definição não ocorre porque é uma consequência espontânea da definição, mas pelo fato de que a relação de identidade expressa pela definição é uma transformação lingüística fruto de uma auto-identidade antecedente. Ou seja, ao invés de pensarmos este movimento da expressão da verdade pelas definições como uma consequência lógica de sua estipulação, é mais correto pensar as definições como verdades lógicas abreviadas por definição. Porém, esta consideração pode levar a questionamentos.

Se as verdades das definições são fruto de algo anterior às próprias definições, então as definições não poderiam ser consideradas parte da lógica que – teoricamente – deve ser independente da experiência. Mas por mais que não saibamos qual o escopo exato da lógica, nós deveríamos esperar que as abreviações por definição sejam reconhecidas como verdades lógicas ao invés de extra-lógicas, porque o resultado do processo definitório assim como as consequências lógicas de definições são elas mesmas verdades lógicas. Como exemplo, Quine discute a idéia de que a matemática pode ser reduzida à lógica, o logicismo.

Entretanto, o interesse maior de Quine é provar que mesmo que haja um caráter convencional na lógica ou na matemática, este aspecto implica em uma convencionalidade formal e não de natureza. Isto porque o logicismo e a doutrina de que a matemática é analítica geram uma simplificação menos fundamental para filosofia do que pode parecer à primeira vista. Se ela afirma apenas que a matemática é uma convenção transcrita da lógica e não que a lógica seja, por sua vez, convencional, então a doutrina não é de grande importância. Quine pretende mostrar uma afirmação mais forte, de que a lógica e a matemática não são verdadeiras por convenção, mas seus signos e símbolos sim.

“Although signs introduced by definition are formally arbitrary, more than such arbitrary notational convention is involved in questions of definability; otherwise any expression might be said to be definable on the basis of any expression whatever. When we speak of definability, or of finding a definition for a given sign, we have in mind some traditional usage of the sign antecedent to the definition in question.”⁴¹

Quando sugerimos que as verdades matemáticas são convencionais porque seguem logicamente das definições, também alegamos que a matemática é parte da lógica. Mas se considerarmos que toda a matemática pode ser definida a partir

⁴¹“Truth by Convention”, pág. 79

da lógica, então a matemática passa a ser transcritos convencionais de verdades lógicas. Rigorosamente, não podemos tomar a matemática como verdade puramente por convenção a não ser que todos os princípios lógicos para os quais a matemática pode ser supostamente reduzida sejam, por sua vez, verdadeiros por convenção. Assim, Quine considera que mesmo as expressões matemáticas pertencem à linguagem em geral. Por isso, elas devem ser definidas de modo que todas as sentenças que as contém - sejam verdades matemáticas, sejam verdades históricas- venham a ser construídas como abreviações de outras sentenças que são correspondentemente verdadeiras ou falsas segundo o uso tradicional. Ou seja, mesmo as sentenças matemáticas devem ser consideradas verdadeiras por causa de algum correspondente empírico.

Ao que parece, Quine leva o problema da convenção na matemática para a lógica e da lógica para a linguagem. A conclusão que perpassa os contextos é a de que não se pode explicar a verdade de sentenças analíticas ou definitórias apenas pela noção de convenção. “Definitions are available only for transforming truths, not for founding them.” A definição, é claro, está sendo pensada como o movimento exposto inicialmente na introdução: uma transformação que vai da assunção teórica acrítica para a estipulação de uma linguagem convencional. Neste sentido, verdades lógicas não são puras convenções, mas sua formulação passa por e ocorre em uma linguagem convencionalizada que contém uma simbologia que, esta sim, é fruto de convenção. Mas se as sentenças da lógica são parâmetro para outras definições, como elas foram definidas em primeiro lugar?

“Se tais verdades [as da matemática] forem procedentes por convenção, sem serem meramente redutíveis a verdades antecedentes, elas devem ser outras que não as definições. Uma segunda forma de convenção capaz de gerar verdades, mais do que transformando-as meramente, foi reconhecida há tempos no uso dos postulados.”⁴²

Os postulados seriam então as primeiras convenções, anteriores às definições e funcionam como verdades primeiras. Quine, para demonstrar que a verdade dos postulados e das definições e dos fundamentos básicos das ciências não é fruto de convenção, ele reconstrói o procedimento de construção de teoria por convenção. Então, para termos o esquema completo da forma explícita da

⁴² “If such truths are to proceed from convention, without merely being reduced to antecedent truths, they must proceed from conventions other than definitions. Such a second sort of convention, generating truths rather than merely transforming them, has long been recognized in the use of postulates.” *Ibid.* pág.88

convenção lingüística, devemos começar pelos modos de gerar postulados. Além deles também precisamos de regras de inferência e de composição. As regras de composição nos permitem agrupar os instrumentos notacionais primitivos de modo tal que estes nos fornecem definições de outros símbolos. Vamos supor um máximo aproximado de definições geradas, de modo tal que ficamos com a menor quantidade possível de instrumentos notacionais primitivos listados e temos algumas regras de inferência. Nada nos garante que estes poucos primitivos e regras não sejam arbitrários. Aparte do objetivo de definir muitos em termos de pouco, a escolha entre estes modos de definir é guiada por conveniência ou acaso. Diferentes escolhas de notação envolvem diferentes conjuntos de primitivos. Vamos supor também que nosso procedimento é tal que reconheçamos entre os instrumentos primitivos o idioma-não, o idioma-se, o idioma-para todo, e um ou outro mais se for preciso. Com base nisso, toda notação lógica posterior pode ser supostamente definível em relação a estes primitivos. Mas a possibilidade de se fundar a notação lógica em idiomas primitivos, não nos traz a garantia de que eles, por sua vez, façam parte da estrutura de nossa percepção e sejam por isso únicos, suficientes e necessários. Pois se quisermos sancionar qualquer princípio *a priori* que seja independente de convenção e por isso, primitivo, nós não deveríamos hesitar em admitir alguns mais. Ou seja, se a natureza da lógica fosse a convenção, não haveria garantia de que os sistemas pudessem de fato funcionar, pois poderíamos arbitrariamente, por convenção, estipular novas regras e novos primitivos.

Quine assume, então, que deve haver um sentido prévio ou uma prática anterior já dada que permita a transformação destes em princípios definidos. Para ele, nós afirmamos a verdade daquelas sentenças que, de acordo com o uso ordinário, são verdadeiras e envolvem apenas nossos primitivos essencialmente. Então, não só as sentenças posteriores serão verdadeiras por convenção, mas serão todas as sentenças que forem verdadeiras de acordo com o uso ordinário e envolvam essencialmente, expressões lógicas. Assim, se as palavras e funções de verdade não tivessem um sentido prévio do qual pudéssemos iniciar a construção de um sistema teórico qualquer, nós seríamos livres para percorrer a lista de tais primitivos e tomar como analíticos aqueles que quiséssemos. Estes selecionados tornam-se verdadeiros *by fiat*, de uma hora para outra, por convenção lingüística, e seria legítimo usar os postulados em qualquer situação, mesmo onde eles não

são reconhecidos. Mas como não há tal dissociação entre uso e convenção, Quine nega que as verdades da lógica e da matemática sejam verdadeiras por convenção.

O convencionalismo também descreve a lógica e a matemática como verdadeiras por convenção porque seus primitivos podem ser circunscritos convencionalmente de modo tal que este conjunto é caracterizado por constituir apenas de verdades aceitas. Porém, argumenta Quine, circunscrevê-los não diz nada além de que tais sentenças são aceitas como verdadeiras. Esta possibilidade de circunscrição e delimitação não informa nada a respeito de porque estas sentenças são aceitas como verdadeiras. O convencionalista afirma, então, que as sentenças são assim aceitas por convenção, mas Quine, por sua vez, defende que sentenças são aceitas como verdade pela força do hábito e do uso. É a experiência e a prática que são as primeiras responsáveis pela verdade das sentenças. Há também outra saída, da qual Quine pretende se esquivar. Poderíamos argumentar que, segundo Kant, as sentenças mais primitivas são aceitas como verdadeiras porque são princípios *a priori* e têm, por isso, o caráter de uma “necessidade interna”. Mas Quine, evitando a abordagem metafísica, afirma que estas sentenças são consideradas como necessárias porque estão mais firmemente presentes no hábito.

Antes de finalizar a análise do artigo, é importante lembrar que em “Truth by Convention” Quine trata a noção de analiticidade com parcimônia. Ainda que questione a analiticidade sob a forma de verdade por convenção, o foco da crítica é direcionado para a noção de verdade por convenção e não para a noção de analiticidade em si. Segundo Creath o artigo pode ser dividido em três partes: “the first is on definition; the second shows by example how to frame linguistic conventions that will render as truths the familiar claims of logic; and in the third Quine asks and the answers a question about how far thus conventionality is to go.”⁴³ Creath considera que este artigo não só preserva a estrutura das “Harvard Lectures on Carnap” como também os temas lá tratados. Entretanto, como já dito, é claro que a posição de Quine em “Truth by Convention” é mais crítica, ainda que não conclusiva.

Quine mostra que há algo errado quando um edifício lógico é fundado exclusivamente sob a noção de convenção. Esta crítica, ainda que não seja

⁴³*Ibid.* pág.487

explícita, é endereçada à Carnap. Mas ao invés de atacar, Quine cuidadosamente afirma que certas idéias precisam ser esclarecidas. Para Quine, o convencionalismo não permite que possamos estabelecer teorias com firmeza a partir de um ponto de partida. Isto porque, sendo o ponto de partida do convencionalismo absolutamente teórico, ele pode ser estipulado de diversas maneiras e várias vezes. Assim, a convenção por si mesma não nos impele a concordar e aceitá-la. Deste modo, podemos questioná-la até demonstrar sua inconsistência por regresso ao infinito. Quine utiliza como a imagem ilustrativa deste argumento um artigo da *Mind*, de Lewis Carroll⁴⁴ onde Aquiles e a Tartaruga discutem a pertinência da regra do *Modus Ponens*. Neste conto, se a regra lógica fosse verdadeira por pura convenção, Aquiles e a Tartaruga nunca chegariam à conclusão do argumento que seria demonstrado por *Modus Ponens* se antes não estivessem dispostos a chegar a um acordo sobre a própria regra do *Modus Ponens*.

O artigo “Truth by Convention” marca, portanto, o início das reflexões filosóficas de Quine e seu distanciamento crítico em relação ao Círculo de Viena (aqui representado pela figura de Carnap). Se, para Carnap, a sintaxe lógica é formada por sentenças que se tornam verdadeiras por convenção, para Quine, as sentenças da lógica têm conteúdo empírico, origem na experiência e não são meramente formais. Carnap tenta resolver o problema do significado das

⁴⁴ A Mock-Turtle de Lewis Carroll pede que Aquiles siga os passos do raciocínio contido da primeira proposição de Euclides no Elementos. Ela começa com as seguintes asserções:

- (A) Things that are equal to the same are equal to each other.
- (B) The two sides of this Triangle are things that are equal to the same.
- (Z) The two sides of this Triangle are equal to each other.

E supõe que Z segue logicamente de A e B, e por isso, quem aceita A e B como verdade, deve aceitar Z também como verdade. Aquiles concorda com a Tartaruga e eles vão adiante, supondo outra possibilidade onde o leitor pode não aceitar A e B como verdade e ainda assim aceitar a sequência como válida. E então diz Aquiles: "No doubt such a reader might exist. He might say, "I accept as true the Hypothetical Proposition that, if A and B be true, Z must be true; but, I don't accept A and B as true." Such a reader would do wisely in abandoning Euclid, and taking to football." (§ 13) E então a Tartaruga mostra que mesmo aceitando A e B como verdadeiras, Aquiles teria ainda que forçá-la a considerar Z como verdadeira. Aquiles confirma antes de começar: "your present position is that you accept A and B, but you don't accept the Hypothetical—" (§ 21) e então a Tartaruga, espertamente como só um personagem de Carroll pode ser, considera: "Let's call it C." Aquiles percebe que entrará em um progresso infinito pois deve pedir para a Tartaruga aceitar C para que então Z seja aceito. Eles passam a ter as proposições:

- "(A) Things that are equal to the same are equal to each other.
- (B) The two sides of this Triangle are things that are equal to the same.
- (C) If A and B are true, Z must be true.
- (Z) The two sides of this Triangle are equal to each other." (§ 28)

E assim eles procedem interminavelmente, sem nunca chegar ao convencimento, mas certos de que uma mente lógica tem seus truques.

sentenças e da referência refugiando-se nas estruturas lógicas convencionais, enquanto Quine tenta resolver o problema afirmando que uma sentença qualquer é verdadeira porque alguma coisa para além dela a torna verdadeira. Como para Quine os significados não são isoláveis, ele tece um estudo behaviorista da linguagem para estudar a questão da referência e assim, entender a verdade como um tipo de função. Antes de construir sua teoria da linguagem, Quine escreve outros artigos intermediários. Em um artigo imediatamente posterior ao “Truth by Convention”, de 1937, intitulado “Is Logic a Matter of Words?”⁴⁵ ele rascunha as bases do que chamará mais tarde de doutrina lingüística das verdades lógicas. Importante lembrar que Quine não é contra o uso das convenções na lógica. Suas considerações levam em conta não apenas o caráter epistêmico da tese do convencionalismo, mas mostram a dependência da tese a um aspecto psicológico mais profundo. Em “Truth by Convention”, Quine afirma que toda convenção só pode ser utilizada após sua adoção e aceitação. Assim, o que ele propõe é assentar as sentenças analíticas no comportamento e na prática, e mostrar que suas verdades dependem da habilidade que temos para utilizá-las. A idéia de que as verdades da lógica são verdadeiras por causa do hábito, da experiência e do uso pode se interpretada como uma semente do que futuramente será sua epistemologia naturalista. Mesmo flertando com os argumentos para a naturalização do conhecimento desde muito cedo, Quine só anuncia seu empirismo radical em 1951.

2.4. Um breve recorte no tempo: a matemática como enigma e o argumento de indispensabilidade

Assim como a lógica, a matemática foi um tema caro a Quine. Para os empiristas, o pensamento sobre a matemática os coloca frente a uma enorme dificuldade: a de encarar a possibilidade de um conhecimento puro, que independe da experiência. A matemática é comumente pensada como uma ciência necessária, fundada em princípios *a priori*. A maioria dos conceitos da matemática não é abstraída de particulares concretos, mas é puramente abstrata e

⁴⁵ Este artigo foi um paper lido em dezembro de 1937 em Princeton, num encontro da American Philosophical Association. Ele nunca foi publicado e está presente na coleção Rudolf Carnap, no Departamento de coleções especiais da biblioteca da Universidade de Pittsburgh.

não deriva nem faz referência a nada que pode ser observado ou experimentado concretamente. Estes conceitos são considerados pelos realistas matemáticos como formas de representação de entidades abstratas, onde as entidades abstratas são a referência dos conceitos puros. Mas ainda que a matemática seja pura e a verdade de seus postulados seja independente da experiência, é fato incontestável que ela é aplicável concretamente. A matemática é uma ciência pura que é aplicada nas ciências empíricas.

A respeito da comparação entre a matemática e as ciências empíricas, Quine afirma sempre uma mesma tese, a de que os limites que diferenciam e deveriam distanciar a matemática das ciências empíricas não são claros, podem ser eliminados e, portanto, as ciências puras e as empíricas estão em um mesmo pé epistemológico. Desta tese, Quine deriva um empirismo naturalista. Porém, a matemática colocada como problema epistemológico-metafísico gera complicações para o naturalismo de Quine. Pela análise da obra, é possível dizer que este problema inviabiliza um empirismo puro, naturalizado e de caráter realista. Isto porque, a matemática assume certos conceitos que não são totalmente explicáveis pelo empirismo e cientificismo. Estes conceitos são aqueles que se referem às coisas abstratas. Ao longo do tempo, Quine considera o problema dos “conceitos puros” sob, ao menos, dois pontos de vista: primeiro rejeita totalmente as entidades abstratas às quais eles fariam referência, depois aceita algumas delas. Em seus escritos iniciais Quine sustenta um nominalismo forte, que interpreta como sendo a melhor tese ontológica. Bem no início de sua obra, em 1934, num artigo intitulado “Ontological Remarks on the Propositional Calculus”, Quine chega à conclusão de que:

“Nominalism is in essence, perhaps, a protest against a transcendent universe. The nominalist would like to suppress “universals”- the classes of our universe – and keep only the concrete individuals (whatever else there may be). The effective consummation of nominalism in this sense would consist in starting with an immanent (non-transcendent) universe and then extending quantification to classes by some indirect sort of contextual definition. The transcendent side of our universe then reduces to fictions, under the control of the definitions.”⁴⁶

Em 1947, Quine escreve com Nelson Goodman um artigo chamado “Steps Toward a Constructive Nominalism” para a revista *The Journal of Symbolic Logic*. Ali afirma categoricamente que não acredita em entidades abstratas e que

⁴⁶ “Ontological Remarks on the Propositional Calculus”, págs. 472-476

as renuncia completamente, sejam as classes, as relações ou as propriedades. Mesmo sabendo que ao renunciar objetos abstratos só lhes restará uma realidade composta de objetos físicos, eventos, e unidades de experiência sensoria, eles não vêem nisso um problema, pois “meras qualidades sensoriais não garantem uma base adequada para o universo ilimitado dos números, funções, e outras classes consideradas como valores de variáveis pela matemática clássica.”⁴⁷ A razão oferecida por eles para renunciar entidades abstratas é que a abstração de classes e propriedades leva a paradoxos. Para se escapar deles, recorremos a regras alternativas, artificiais e arbitrárias que parecem suspeitas. E assim, renunciando entidades abstratas para evitar paradoxos e arbitrariedades, excluem todos os predicados que não versam sobre indivíduos concretos ou explicáveis em termos destes indivíduos. Buscam então gerar definições que só contenham termos que façam referência a objetos concretos, presentes no tempo e no espaço e oferecem formas de tradução e elementos sintáticos de uma tal linguagem sem conceitos abstratos. As sentenças que não podem ser traduzidas para o idioma nominalista e só são explicadas em termos de realismo platônico são consideradas como não-sintáticas e sem sentido. Como conclusão afirmam que:

“Os ganhos que a ciência natural teve por causa do uso de fórmulas matemáticas não implicam que estas fórmulas sejam verdadeiras. Ninguém, nem o mais severo pragmático, se disponibilizaria a considerar as contas de um ábaco como verdadeiras; e nossa posição é a de que as fórmulas da matemática platonista são, como as contas de um ábaco, auxílios computacionais convenientes que não precisam envolver a questão da verdade. O que é significativo e verdadeiro no caso da matemática platonista assim como no caso do ábaco não é o aparato em si, mas apenas sua descrição: as regras sob as quais ele funciona e foi construído.”⁴⁸

O objetivo do artigo é, então, mostrar que a matemática clássica pode ser interpretada como um mero aparato e que sua sintaxe pode ser livre de comprometimentos platonistas.

Mas Quine não consegue sustentar esta tese por muito tempo, e deixa de negar a existência de entidades abstratas na matemática. Do início dos anos 60 ao final dos anos 80, Quine vai gradativamente mudando de opinião e enfraquece sua

⁴⁷ em “Steps Toward a Constructive Nominalism”, pág. 105

⁴⁸ “The gain which seem to have accrued to natural science from the use of mathematical formulas do not imply that those formulas are true statements. No one, not even the hardest pragmatist, is likely to regard the beads of an abacus as true; and our position is that the formulas of platonistic mathematics are, like the beads of an abacus, convenient computational aids which need involve no question of truth. What is meaningful and true in the case of platonistic mathematics as in the case of the abacus is not the apparatus itself, but only the description of it: the rules by which it is constructed an run.” *Ibid.* pág 122.

posição inicial, onde defende que o uso da matemática pelas ciências empíricas não diz nada sobre a verdade de suas sentenças. Quine acaba tirando conclusões metafísicas do fato de que a matemática é indispensável para a ciência, e afirma que temos boas razões para acreditar que existam entidades matemáticas abstratas. Diz que a referência e quantificação sobre entidades matemáticas abstratas é uma prática essencial e indispensável para o bom funcionamento de nossas melhores teorias científicas. O argumento da indispensabilidade é simples:

(p1) temos que nos comprometer com todas as entidades que sejam indispensáveis para nossas teorias científicas.

(p2) entidades matemáticas são indispensáveis para nossas teorias científicas

(c) logo, temos que nos comprometer com entidades matemáticas.

Entretanto, este argumento não foi formulado de modo explícito como comumente se acredita que Quine tenha o feito. Do contrário, suas idéias sobre a indispensabilidade da matemática e conseqüente aceitação de entidades abstratas estão espalhadas em diferentes artigos. Um bom exemplo é “Success and Limits of Mathematization” de 1978, apresentado no Sexto Congresso Internacional de Filosofia em Düsseldorf, publicado em 1981 no livro *Theories and Things*. Ali, Quine afirma que “números” são termos tão interpretáveis na linguagem como “maçãs”:

“Eles nomeiam dois objetos intangíveis, os números, que são tamanhos de conjuntos de maçãs e similares. (...) Cinco mais doze é a quantidade de maçãs que estão em pilhas separadas, de cinco e de doze, sem que precisem ser unidas em uma única pilha para serem contadas. (...) o discurso científico ordinário está irremediavelmente comprometido com objetos abstratos – com nações, espécies, números, funções, conjuntos – do mesmo modo que está comprometido com maçãs e outros corpos. (...) Os números e as funções contribuem tão genuinamente para a teoria física quanto as partículas hipotéticas.”⁴⁹

Antes disso, em 1975, no artigo “Five Milestones of Empiricism”, já afirma que “Estou persuadido de que não se pode limpar todos os objetos abstratos sem que muito da ciência seja sacrificado, incluindo a matemática clássica.”⁵⁰ Em outro momento da dissertação deixarei mais explícitos os argumentos de Quine a

⁴⁹ “They name two intangible objects, numbers, which are sizes of sets of apples and the like. (...) Five plus twelve is how many apples there are in two separate piles of five and twelve, without their being piled together. (...) Ordinary interpreted scientific discourse is as irredeemably committed to abstract objects – to nations, species, numbers, functions, sets – as it is to apples and other bodies. (...) The numbers and functions contribute just as genuinely to physical theory as do hypothetical particles.” págs. 149 e 150

⁵⁰ “I am persuaded that one cannot thus make a clean sweep of all abstract objects without sacrificing much of science, including classical mathematics.” Pág. 69

favor da manutenção de objetos abstratos. Pretendi aqui fazer um recorte breve para mostrar como Quine enfrenta a relação entre a matemática e os objetos abstratos. Minha intenção é a de explorar o fascínio que a matemática exercia em Quine e como sua confiança nesta ciência o levou a questionar o nominalismo, uma tese que parecia fundamental para a construção de um naturalismo radical.

Esta relação estreita com a matemática o leva a escrever, de modo jocoso, um verbete em *Quiddities*, seu dicionário filosófico, intitulado “matematose⁵¹”. Diz que matematose é uma doença que os matemáticos têm por terem orgulho demasiadamente grande da própria profissão, o que acontece porque a matemática é reconhecida por muitos como sendo a mais exata das ciências. Quine muda de posição algumas vezes sobre o que pensa a respeito dos conceitos matemáticos, mas nunca deixa de considerá-la como uma ciência precisa, segura e que cumpre perfeitamente bem a função de provar. Quine não consegue tornar a matemática uma ciência capaz de trabalhar apenas com enunciados sintéticos para dar conta da experiência sensível. Assim, ele faz uma concessão, considera as verdades da matemática como verdades necessárias para cumprir um princípio de mutilação mínima de teorias, já que percebe que os sistemas teóricos poderão ruir se esta fundação for abalada.

Segundo relatos em sua autobiografia, quando na faculdade, Quine procurou combinar estudos capazes de unir vários interesses e viu na lógica matemática uma possibilidade para realizar este intuito. Leu Russell e considerou estudar o tema apesar de não haver ninguém em Oberlin College que pudesse orientá-lo no assunto. O *Principia Mathematica* de Whitehead e Russell exerceu grande influência sobre seu pensamento e o estimulou a conquistar um major em matemática juntamente com um honors-project em lógica. Foi assim que Quine se graduou em lógica matemática e chegou ao doutorado em Harvard. Ao estudar o *Principia Mathematica*, Quine fora tomado pela clareza incisiva de suas fórmulas, mas sua atenção também fora capturada pela confusão de explicações em prosa colocadas ao longo dos três volumes. Nestas passagens ele vê que as distinções entre signo e objeto, uso e menção estão obscuras e o que chamou de “vagos recursos à propriedades intensionais”, ou idéias, sob o nome técnico de funções proposicionais. Quine caracteriza estas noções de mentalistas, e por se referirem a

⁵¹*Quiddities* pág. 127.

conteúdos mentais através de vocabulário intensional são mal concebidas. Quine pensa que o projeto de Russell e Whitehead teria cumprido melhor sua função se começasse diretamente com as classes, funções de verdade e quantificadores, e não recorresse às propriedades intensionais. Em sua tese de doutorado⁵², Quine recriou as fundações do *Principia Mathematica* em termos estritamente extensionais, deixando de lado a noção de funções proposicionais usando a expressão apenas para denotar classes.

A partir de uma análise panorâmica do conjunto de sua obra, pode-se dizer que Quine vê a matemática dividindo conteúdo empírico com as ciências naturais. Entretanto, quando a matemática não pode ser utilizada pelas ciências empíricas, Quine considera sem sentido a parte pura que é inaplicável. Esta consideração é fruto de uma regra geral. Quando é preciso ponderar entre aplicabilidade e inaplicabilidade de sentenças e como será a regra que irá balizar a verdade e a falsidade de ambas, Quine sugere o uso da navalha de Ockham: se a escolha é de alguma forma indeterminada, opte pela economia. Esta atitude de Quine visa minimizar a distância entre matemática e ciências empíricas, repetida outras vezes em seu questionamento sobre a distinção entre enunciados analíticos e sintéticos e sobre o compartilhamento de conteúdos empíricos. Uma das tentativas de realizar este projeto de economia é o artigo “Dois Dogmas do Empirismo”, que analisaremos agora.

2.5. “Dois Dogmas do Empirismo”: rejeição da analiticidade e do reducionismo

Até aqui fizemos um estudo breve das influências que Carnap e o Círculo de Viena exerceram no pensamento de Quine, e como ele construiu seus primeiros entendimentos sobre a filosofia vienense. Vimos algumas diferenças de pensamento a respeito da tese convencionalista de fundamentação da lógica e como ambos Quine e Carnap, em diferentes graus, consideram o *a priori* como um conceito que se colapsa com o conceito de analítico. Porém, enquanto que para Carnap as sentenças analíticas tornam-se verdadeiras por estipulação sintática convencionalizada, para Quine as sentenças analíticas têm raízes na experiência como

⁵² Sua tese de doutorado é publicada pela Harvard University Press em 1934 sob o título *A System of Logistic*.

qualquer outra sentença. Até então, a tese sobre a natureza das sentenças analíticas era defendida com muita parcimônia por Quine. Entretanto, em 1951 ele oferece uma versão forte e radical, causando grande impacto na comunidade filosófica, que volta todas as atenções para sua conjectura.

Mas, é interessante notar que Quine ganha fama por radicalidade que ele não sustenta exatamente. Quine ficou conhecido por ser um filósofo de inclinações desafiadoras e ousadas, capaz de defender teses controversas como o colapso ou a unificação dos conceitos de sentença analítica e sintética, a negação de objetos abstratos, uma epistemologia naturalizada e que não acredita que a tradução possa ser determinada. Ainda que haja uma parcela de verdade nesse conjunto, ao analisarmos de perto a escrita de Quine, percebemos que sua radicalidade é mais retórica do que factual. Se Quine fosse um filósofo radical em sentido absoluto, defenderia as teses até o fim, mais firmemente, e não abriria mão delas. É comum ver a enunciação de uma tese ousada que depois de um tempo é enfraquecida. Dentre outros exemplos possíveis, posso citar a comparação que já vimos: o artigo de 1947 escrito com Nelson Goodman em contraste com os artigos subsequentes culminando em uma quase negação da tese em 1978. Com a rejeição da distinção entre sentenças analíticas e sintéticas ocorre mais ou menos o mesmo.

Quine parece enunciar uma tese radical, onde considera a ocorrência de sentenças analíticas um dogma metafísico que deve ser abolido do empirismo. Mas esta apresentação retórica (é retórica porque o reducionismo e a analiticidade não são dogmas, mas teses, construções racionais que podem ser refutadas) não tem exatamente a noção de analiticidade como foco, mas certa noção de significado. Peter Hylton também argumenta nesta direção: “A atitude de Quine frente a distinção analítico-sintético é menos direta do que às vezes ela parece ser. Alguns escritos de Quine do início dos anos 50 nos encorajam a pensar que ele rejeita completamente tudo o que possa ser chamado de versão da distinção analítico-sintético.⁵³” Mas, segundo Hylton, isto não é o caso porque mais tarde, em 1974 no livro *Roots of Reference*, Quine irá defender um tipo de separação entre sentenças analíticas e sintéticas. O que é rejeitado restringe-se ao papel dado

⁵³ “Quine’s attitude towards the analytic-synthetic distinction is less straightforward than it sometimes appears to be. Some of Quine’s writings from the early 1950s encourage the idea that he wholly rejects anything that might be called a version of the analytic-synthetic distinction.” *Quine*. Pág.52

às sentenças analíticas como responsáveis por uma fundamentação *a priori* das ciências empíricas bem como da lógica e da matemática. Além disso, também procura livrar do conceito de analiticidade as noções de significado e necessidade. Tentarei analisar o texto sublinhando estas sutilezas de argumentação que quase sempre passam despercebidas.

A estratégia de Quine no artigo “Dois Dogmas do Empirismo” é de atacar imediatamente a divisão tradicional entre sentenças analíticas e sintéticas, isto é, coloca em xeque a crença geralmente aceita de que há dois tipos diferentes de verdade: as fundadas nos fatos e as independentes deles. Para Quine, todas as sentenças são verdadeiras porque alguma situação sensível nos permite caracterizá-las como verdadeiras. A questão da *analiticidade* é exposta nas primeiras quatro seções do artigo. O segundo dogma e a segunda crítica é à noção de reducionismo lingüístico, a tese de que para cada sentença que signifique alguma coisa podemos construir logicamente outra que seja equivalente à ela e só contenha termos que se referem à experiência imediata.

Para fins de análise, começaremos pelo segundo dogma, o reducionismo. Como a crítica de Quine à analiticidade é direcionada a certa noção de significado, é importante compreendermos a crítica ao reducionismo para sabermos qual a noção de significado ele pressupõe e defende. Partindo daí, poderemos analisar a crítica às sentenças analíticas com menos probabilidade de cairmos nas armadilhas retóricas.

A idéia que permeia o reducionismo é a de que um termo qualquer, para ter significado, deve ser ou nomear um dado dos sentidos, ser um composto desses nomes ou uma abreviação deles. Há, ao menos, dois modos de reducionismo, o que considera a unidade mínima de significação como a sentença e o que considera os termos como unidade primeira e mais básica de significação. Independente de tomarmos a unidade mínima de significado como termo ou sentença, a proposta reducionista continua a mesma: demandaremos que elas sejam traduzíveis, como um todo, em outras sentenças ou termos que só façam uso de linguagem que faça referência a dados sensíveis. No artigo, Quine refere-se ao reducionismo de sentenças, ainda que sua crítica sirva tanto para uma consideração quanto para outra. O alvo é o reducionismo que Carnap adota no *Aufbau*, um projeto que visa especificar uma linguagem totalmente empírica que

possa servir de parâmetro para traduzir todo e qualquer discurso significativo da linguagem em geral em termos da experiência sensível.

“Reduccionismo radical, concebido aqui com sentenças como unidades, estabelece a tarefa de especificar uma linguagem de dados sensórios e mostrar como traduzir o resto do discurso significativo, sentença por sentença, para ela. Carnap embarcou neste projeto no *Aufbau*.⁵⁴”

Porém, a linguagem que Carnap adotou como seu ponto de partida foi uma linguagem não-empírica, constituída de termos lógicos e matemáticos. Quine afirma que Carnap teria sido muito econômico na adoção de partes extra-lógicas e empíricas. Considera também que ainda que seu projeto de traduzir a ciência em termos de experiência sensível seja uma iniciativa empirista louvável, o princípio que baliza sua redução não faz jus ao projeto. Além disso, Quine mostra que no *Aufbau* Carnap não chegou a fazer nada mais do que um rascunho do projeto, pois quando colocado em prática, mostrava-se simplista demais. Entretanto, a intenção de Quine não é apenas criticar Carnap, mas demonstrar algo muito mais forte, a inadequação da tese reducionista. Quine defende que nenhuma sentença pode ser negada ou afirmada se for considerada isoladamente, pois acredita que uma frase solta não pode ser interpretada. As frases devem ser consideradas em conjunto, como um organismo único: “minha sugestão contrária, a respeito da doutrina de Carnap sobre o mundo físico do *Aufbau*, é que nossas sentenças sobre o mundo externo enfrentam o tribunal da experiência sensível não individualmente, mas como um único corpo.⁵⁵”

Nesta quinta parte do artigo há uma breve explicação sobre o funcionamento da teoria verificacionista do significado. Segundo a teoria verificacionista, o significado de uma sentença é o método empírico que permite verificar sua afirmação ou negação. Este é o método utilizado para garantir a verdade de sentenças ou termos em moldes reducionistas. Para Quine o método de se verificar empiricamente um conjunto qualquer de frases da linguagem pode ser até adequado em princípio. Entretanto, não funciona na prática quando o que está

⁵⁴ “Radical reductionism, conceived now with statements as units, set itself the task of specifying a sense-datum language and showing how to translate the rest of significant discourse, into it. Carnap embarked on this project in the *Aufbau*.” Em “Two dogmas of Empiricism”, pág. 39

⁵⁵ “my countersuggestion, issuing essentially from Carnap’s doctrine of the physical world in the *Aufbau*, is that our statements about the external world face the tribunal of sense experience not individually but only as a corporate body.” *Ibid.* pág. 41

em jogo são termos ou sentenças. Isto porque não conseguimos isolar termos ou sentenças, pois sempre está pressuposta ou assumida uma ligação do termo ou da sentença com um contexto mais complexo de enunciação. O reducionismo, ao afirmar a possibilidade de se comprimir o significado de uma frase em outra, apresentaria um modo muito inocente de olhar para a relação entre experiência e sentenças que, segundo Quine, aparenta ser bem mais complexa. Para mostrar este ponto de vista, argumenta que as relações que existem entre as experiências que confirmam ou negam uma sentença e as sentenças em si não são, por natureza, redutíveis a uma única sentença ou termo. Assim, dada uma sentença, só poderíamos isolar seu significado quando conseguíssemos determinar quais as combinações de experiência sensível devem ocorrer para que a sentença seja verdadeira.

O significado da sentença seria então este conjunto de combinações. Como exemplo, Quine utiliza uma sentença retirada do *Aufbau* de Carnap: “A qualidade q está em x,y,z,t .⁵⁶”, onde x,y,z e t são coordenadas espaço temporais que mostrariam o lugar onde se encontra a qualidade q e quando esta qualidade foi observada. Estas variáveis seriam substituídas por valores numéricos na medida em que fossem completadas. Porém, a idéia é simplista demais para dar certo com todas as sentenças da ciência. A frase mais trivial como “Meu cachorro é preto” já nos traria problemas de tradução, ainda que seja possível eliminar as variáveis e afirmar que “A qualidade de ser preto está no cachorro, que se chama Surya, que é da Nastassja, e que está vivo no ano de 2010.” Também poderíamos, ao observar que no ano de 2010 Nastassja tem um cachorro preto chamado Surya, dizer que a frase é verdadeira. Entretanto, este conjunto de combinações empíricas não é suficiente para garantir a verdade da frase, se ela for tomada isoladamente. De posse apenas da sentença “Meu cachorro é preto” não há como determinar ao que ela se refere a menos que o contexto de enunciação seja investigado e pressuposto. Sendo investigado, as coordenadas x,y,z,t se mostram insuficientes para garantir a verdade da sentença, pois existem infinitas outras variáveis que compõem o conjunto de fatos empíricos que tornam “Meu cachorro é preto” uma sentença verdadeira. Frases mais simples, sem partículas indexadoras também são problemáticas. “O mar é azul”, por exemplo, não seria uma sentença que pode ser

⁵⁶ “Quality q is at x,y,z,t ” Pág.40

confirmada apenas com três coordenadas espaciais e uma temporal. Se formos investigar os pormenores da conjuntura empírica que é responsável por garantir a verdade desta frase, teríamos que ir muito longe e utilizar infinitas sentenças explicativas e descritivas. Como por exemplo, teríamos que explicar o que faz com que algo seja azul. Deste modo, Quine mostra que frases isoladas não podem ser verificadas ou avaliadas em sua verdade, pois sempre que interpretamos uma frase agregamos à ela um conjunto de outras frases igualmente significativas.

Assim, a unidade de significação não é pensada por Quine em termos mínimos. Ao invés, a unidade de todas as sentenças é considerada o único modo possível de significação. Ou seja, o significado se dá porque apreendemos conjuntamente um complexo de sentenças, onde este conjunto é o elemento de significação mínimo e único. Para Quine “a unidade de significado empírico é a totalidade da ciência.”⁵⁷ Ele dedicará alguns artigos a esta tese, que será enunciada em outro momento como holismo semântico.

O reducionismo se relaciona com o outro “dogma” através da teoria verificacionista do significado. Como vimos, Quine defende que não há como verificar o significado empírico de uma única frase sem que outras frases subsumidas sejam consideradas. Assim, tanto as sentenças analíticas quanto as sintéticas são problemáticas quanto a sua verificação empírica. Isto se dá não por suas características intrínsecas, mas porque são sentenças isoladas. Entretanto, as sentenças analíticas têm uma característica específica que levou Quine a dar maior atenção a elas. Ele as define do seguinte modo: “uma sentença é analítica quando é verdadeira em virtude do significado e independentemente dos fatos.”⁵⁸ Desta definição Quine irá criticar duas de suas expressões: “em virtude do significado” e “independentemente dos fatos”. Começemos pela independência dos fatos. De acordo com o método verificacionista, as sentenças analíticas não realizam nenhuma previsão empírica porque, independente do estado de coisas do mundo, serão sempre verdadeiras. Mas o que quer dizer “independentemente dos fatos” elas serão verdadeiras? Isto quer dizer que existem diferentes tipos de relação entre sentenças e experiência. “What, in other words, is the nature of the relation

⁵⁷ “The unit of empirical significance is the whole of science.” Pág. 42.

⁵⁸ “a statement is analytic when it is true by virtue of meaning and independently of facts”

between a statement and the experiences which contribute to or detract from its confirmation?⁵⁹” Quine responde:

“Minha posição atual é de que isto é não-senso, e a raiz de muito não-senso, falar de um componente lingüístico e um componente factual na verdade de uma sentença individual qualquer. Tomada coletivamente a ciência tem uma dupla dependência, da linguagem e da experiência⁶⁰,”

Quine afirma que devemos encontrar um critério de comportamento para que a análise da relação entre fato e linguagem possa ser realizada. Então, se toda sentença é considerada verdadeira por causa da experiência comum logo não seria preciso marcar a distinção entre sentenças analíticas e sintéticas. Deste modo, acreditar que “existe esta distinção a ser traçada é um dogma não-empírico dos empiristas, um artefato metafísico de fé”⁶¹. Nesta tese, está assumido que não há nada de intrínseco na natureza da linguagem ou dos significados que assegure o valor de verdade de uma sentença, pois a linguagem pode ser organizada de modo tal que qualquer sentença pode ser verdadeira por confirmação empírica.

Quine associa à noção de analiticidade a mesma crítica do conceito de *a priori*. Em ambos os casos, o problema é a postulação de significados que subsistam independentemente da experiência. Os significados não são considerados entidades, pois para Quine não há um campo abstrato onde eles poderiam ter lugar. E se não são coisas abstratas e são fruto da experiência, sua definição é tão maleável quanto a própria experiência. Neste artigo de 1951, ele desautoriza todas as caracterizações possíveis do conceito, pois supostamente “todas as definições usuais e todas as explicações do termo ‘analítico’ são insatisfatórias porque todas elas estão baseadas em termos que, eles mesmos, precisam ser clarificados”⁶². A clareza conceitual é um parâmetro para o uso filosófico, pois os conceitos precisam ser respeitáveis cientificamente para serem adotados. Esta noção de analiticidade vinculada à idéia de *aprioricidade*, ainda que tenha uma definição correta e seja utilizada pelos falantes e teóricos, Quine não a considera suficientemente bem caracterizada e inteligível.

⁵⁹ Pág 38

⁶⁰ “My present suggestion is that it is nonsense, and the root of much nonsense, to speak of a linguistic component and a factual component in the truth of any individual statement. Taken collectively, science has its double dependence upon language and experience (...)” Pág.42

⁶¹ *Readings in Philosophy of Language* Pág. 74

⁶² Resumo da crítica de Quine feito por Benson Mates no artigo “Analytic Sentences”. A tradução foi feita livremente.

Isto porque as sentenças analíticas não são, por natureza, imunes à revisão e aos fatos empíricos. Mas tornam-se imunes à medida que os falantes que as utilizam concordam em caracterizá-las desta forma. Elas são verdadeiras “*a priori*” por consequência de uma convenção resultante de um uso comum. Porém, como já havia defendido anteriormente, afirma que a estipulação de uma convenção não é suficiente para garantir a pertinência do uso, que poderia estar levando os teóricos ao erro. E assim, a noção de convenção nos leva a imaginar que se a experiência global dos falantes for mudada, nada nos garante que o status das sentenças não se modifique também. A conclusão à qual Quine chega é que nenhuma verdade é verdadeira “aconteça o que acontecer” e, por isso, não deveria haver a estipulação de uma classe de sentenças analíticas que supostamente teriam esta propriedade. Este primeiro argumento, em que Quine procura evitar a postulação de planos extra-empíricos na linguagem, é anti-metafísico por que visa mostrar que a linguagem como um todo é dependente da experiência sensível.

Além do ponto de vista anti-metafísico, Quine argumenta contra a distinção analítico-sintético por outra perspectiva, a semântica. “De início, a analiticidade é mais naturalmente definível por apelo ao campo do significado. Com refinamento, o apelo ao significado dá lugar ao apelo para a sinonímia ou definição.⁶³” Considera, portanto, que há duas classes de sentenças analíticas, as *logicamente verdadeiras* e as que são analíticas porque carregam a *relação de sinonímia*. “(...) aqui a maior dificuldade não está na primeira classe de sentenças analíticas, as verdades lógicas, mas sim na segunda classe, que depende da noção de sinonímia.⁶⁴”

As sentenças analíticas por sinonímia podem ser reduzidas ao primeiro caso, e serão logicamente verdadeiras quando a troca de um sinônimo por outro até a simplificação mínima não afetar o valor de verdade da sentença. Já as sentenças logicamente verdadeiras são verdadeiras por sua forma e permanecem verdadeiras quaisquer que sejam as interpretações dos termos. Estas, se negadas, são contraditórias consigo mesmas. Mas esta definição de verdade lógica também não explica exatamente o que elas são. Para Quine, “this definition has little explanatory value; for the notion of self-contradictoriness, in the quite broad sense

⁶³ “Analyticity at first seemed most naturally definable by appeal to a realm of meanings. On refinement, the appeal to meanings gave way to an appeal to synonymy or definition.” Pág. 32

⁶⁴ “(...) here the major difficulty lies not in the first class of analytic statements, the logical truths, but rather in the second class, which depends on the notion of synonymy.” Pág. 24

needed for this definition of analyticity, stands in exactly the same need of clarification than the notion of analyticity itself.⁶⁵”

Quine afirma que a noção de significado é ilegítima quando considerada uma entidade. A noção de significado seria ilegítima pela impossibilidade de se fornecer um critério de identidade suficiente capaz de limitar onde começa um significado e onde outro termina ou mesmo quando dois significados descrevem a mesma coisa. Assim, o conceito de sinonímia é central na crítica às sentenças analíticas, pois elas supostamente descreveriam a identidade de significados. O problema está em encontrar qual o critério de identidade entre significados sem que precisemos recorrer ao conceito de entidade abstrata ou mental.

Quine mostra as diferenças primárias e a semelhança profunda entre as duas classes de sentenças analíticas. Supostamente, toda sentença analítica associa dois termos ‘A’ e ‘B’ que significam a mesma coisa. É o caso que os termos significam o mesmo somente se “Todo A é B”. Como, por exemplo, “Toda música é um conjunto harmônico de sons” ou “Todo livro é uma obra literária”. Assim, se ‘A’ e ‘B’ significam o mesmo, eles são sinônimos como ‘livro’ e ‘obra literária’ e ‘música’ e ‘conjunto harmônico de sons’. O exemplo utilizado por Quine são as frases:

- (1) “Nenhum solteiro é casado”
- (2) “Nenhum homem não-casado é casado”.

A primeira sentença tem a forma ‘Nenhum B é A’ e a segunda sentença tem a forma “Nenhum não-A é A”. A primeira sentença pode ser reduzida a segunda porque é mais composta, e sua organização mantém o dispositivo básico contido e apresentado na segunda sentença. O valor de verdade de frases como a primeira é especificado pela forma da segunda. As duas frases significam a mesma coisa e por isso, ‘B’ é um sinônimo de ‘não-A’. Enquanto a primeira apresenta uma relação de sinonímia, a segunda é uma sentença logicamente verdadeira.

Para que a primeira sentença seja transformada na segunda, devemos substituir “solteiro” por uma palavra que caiba na frase sem que o valor de verdade seja modificado. Que o termo “solteiro” seja vago, não é um problema, pois seu sinônimo só será satisfatório se tiver o mesmo caráter, mantendo não só o significado estrito como também a alegada vagueza. Diz Quine, “Note que

⁶⁵ Pág. 20

sinônimos assim concebidos não precisam nem ser livres de vagueza, contanto que a vagueza case⁶⁶” Esta substituição, *salva veritate*, é um parâmetro para utilização de termos, pois os novos termos precisam manter a verdade da sentença original. A substituição por sinonímia só será satisfatória se a sentença continuar a ser uma verdade lógica. Porém, a substituição *salva veritate* pode ser insignificante e insuficiente se levarmos em conta que ela por si só não explica o significado de ‘analítico’. Do contrário, a substituição é uma regra de construção de sentenças que pressupõe o sentido de ‘analítico’.

Assim, Quine sublinha o fato de que não são claras quais são as condições necessárias e suficientes para o surgimento de uma relação de sinonímia e que, por isso, estas condições tem sua justificativa no uso. Outro modo de verificar as relações é recorrer a definições. Se as definições fossem suficientes, seria correta a suposição de que o conceito de analiticidade seja mais claro nas linguagens artificiais do que na linguagem natural. Nas linguagens artificiais, a separação entre sentenças analíticas e sintéticas seria mais clara porque podemos mapear uma relação entre sentença e linguagem através das definições. “A noção de analiticidade que nos preocupa é a suposta relação entre sentenças e linguagens: uma sentença S é dita analítica para uma linguagem L, e o problema é entender esta relação em geral, isto é, para ‘S’ e ‘L’ variáveis.⁶⁷” Porém, mesmo em uma linguagem artificial que proponha regras para o uso da analiticidade o problema se mantém. “Now here the difficulty is simply that the rules contain the Word ‘analytic’, which we do not understand! We understand what expressions the rules attribute analyticity to, but we do not understand what the rules attribute to those expressions.⁶⁸” Ou seja, mesmo o recurso às definições não é suficiente para esclarecer o que é a propriedade de uma frase de ser analítica. Pois sejam definições axiomáticas ou não, é preciso supor uma habilidade cognitiva anterior à utilização destas partes da linguagem.

“From the point of view of the problem of analyticity the notion of an artificial language with semantical rules is a *feu follet par excellence*. Semantical rules determining the analytic statements of an artificial language are of interest only in

⁶⁶ “Note that synonyms so conceived need not even be free from vagueness, as long as vagueness match.” *Ibid.* Pág.27

⁶⁷ “The notion of analyticity about which we are worrying is a purported relation between statements and languages: a statement S is said to be analytic for a language L, and the problem is to make sense of this relation generally, that is, for variable ‘S’ and ‘L’.” *Ibid.* Pág. 33

⁶⁸ *Ibid.* pág.33

so far as we already understand the notion of analyticity; they are no help in gaining this understanding.⁶⁹”

Definir um conceito é procurar explicá-lo com palavras ou outros conceitos conhecidos de antemão que estejam em relação de sinonímia com o conceito a ser definido. Certamente, esse modo de explicar mantém uma circularidade. Se as definições são feitas recorrendo a sinônimos pré-existentes, já dados ou já conhecidos, então toda definição pressupõe “definições” prévias. Estas definições prévias seriam dadas pelo uso que os falantes fazem das palavras e termos. Porém, se o significado das palavras depende do modo como as usamos, então mesmo as sentenças analíticas é subordinada a fatores sensíveis. Deste modo, Quine chega à conclusão de que a analiticidade é uma noção vaga porque não há sentenças que resistem à prova da experiência seja em relação ao seu estatuto de verdade seja em relação à compreensão de seus termos. O significado de uma sentença não é dado *a priori*, mas depende de condições empíricas que estruturam o aprendizado e o uso das palavras. A solução de Quine é, então, restringir a compreensão da linguagem a marcos comportamentais. Assim, poder-se-ia mapear a linguagem e construir esquemas conceituais que façam mais sentido, onde a diferença entre conceitos não seja de natureza, mas de grau. Na última seção do artigo, Quine esboça algumas de suas teses lingüísticas e naturalistas que serão desenvolvidas em escritos posteriores. Por exemplo, o holismo semântico, a subdeterminação das teorias pela experiência (teses que irei analisar no último capítulo), que são oferecidos em conjunto, de modo sintético, neste parágrafo:

“A totalidade de nosso dito conhecimento ou crenças, desde as questões mais casuais da geografia e da história às mais profundas leis da física atômica ou até a matemática pura e a lógica, é um tecido construído pelo homem que toca a experiência apenas pela beirada. Ou, para mudar de figura, a totalidade da ciência é como um campo de força que tem como condição de fronteira a experiência. Um conflito com a experiência na periferia ocasiona ajustes no interior do campo. Valores de verdade têm que ser redistribuídos em algumas de nossas sentenças. Reavaliação de algumas sentenças implica na reavaliação de outras por causa de suas interconexões lógicas – sendo as leis lógicas apenas algumas sentenças mais distantes no sistema, certos elementos mais distantes no campo. (...) Mas o campo total é tão indeterminado por suas condições de fronteira, a experiência, que há muita latitude de escolha a respeito de quais sentenças reavaliar à luz de uma única experiência contrária. Nenhuma experiência particular é ligada a nenhuma sentença particular no interior do campo, exceto indiretamente, através de considerações que afetam o equilíbrio do sistema como um todo.”

⁶⁹ *Ibid.* Pág. 36

Finalmente, podemos concluir que em “Dois Dogmas” Quine diagnostica um problema de origem epistêmica na raiz do empirismo (a negligência do vínculo estreito que toda a linguagem tem com a experiência comum), e sugere um olhar sobre o conhecimento ainda mais vinculado à experiência. Estes dogmas repousam também sobre uma confusão a respeito das virtudes do formalismo, ou seja, entre a comodidade e o interesse em usá-lo para fins de classificação - como instrumento - e seu real valor explicativo da natureza da linguagem. Para mostrar a inviabilidade das noções, Quine argumenta que os conceitos de significado, analiticidade e sinonímia constituem um círculo do qual nenhum progresso explicativo surge se usarmos um para definir o outro. Ele conclui dizendo que não há necessidade de usarmos este vocabulário para caracterizar a estrutura do conhecimento humano. O problema da analiticidade e seus correlatos – a questão sobre a natureza significado e da forma das definições, irão desaguar no argumento da subdeterminação das teorias pela experiência e na indeterminação da tradução. Estas controvérsias exigirão de Quine um posicionamento mais claro sobre os vínculos entre teoria e experiência, o que implicará na tese do naturalismo, do comprometimento ontológico nas teorias e o holismo semântico.

Uma das conclusões a qual Quine chega nos ‘Dois Dogmas’ é que não há nada de intrínseco na natureza da linguagem ou das coisas que assegure o valor de verdade de uma sentença, não há porto seguro ou ponto fixo de referência que nos possibilite avaliar o nosso conhecimento. Uma versão desta tese será desenvolvida em *Word and Object* – onde ele irá hipotetizar uma experiência de pensamento que terá como personagens nativos que falam uma linguagem radicalmente desconhecida, e um lingüista que quer aprender a falar a língua. O cenário é a selva, onde o profissional das palavras procura compreender a que se refere a palavra ‘gavagai’ que parece indicar um coelho.

“Dado que uma sentença nativa diga que um tal e tal está presente e dado que a sentença seja verdadeira quando e somente quando um coelho está presente, de nenhum modo se segue que os tais e tais sejam coelhos. Eles poderiam ser todos segmentos temporais de coelhos. Eles poderiam ser todas as partes inteiras ou não destacadas de coelhos. A fim de decidir entre essas alternativas, precisamos ser capazes de perguntar algo mais do que se um tal e tal está presente. Precisamos ser capazes de perguntar se este é o mesmo tal e tal que aquele e se um ou dois tais estão presentes. Precisamos de algo como o aparato de identidade e quantificação; donde muito mais do que nós próprios estamos em condição de utilizar numa linguagem em que nosso ponto alto, mesmo para datar, é a anunciação de coelhos.

E o caso é ainda pior: nem mesmo temos evidência para tomar a expressão nativa como sendo da forma Um tal e tal está presente; ela poderia interpretar-se igualmente bem com um termo singular abstrato, como significando que se manifesta coelhive no local. Melhor: apenas coelha, como chove.^{70,,}

A idéia geral é a de que qualquer tentativa ou hipótese de tradução pode ser defendida apenas em relação ao contexto, onde se procurará determinar qual a relação que uma sentença mantém com outra através da observação das disposições de discurso dos falantes. Neste sentido, tudo o que é possível saber sobre uma língua deve vir do uso que os falantes fazem dela, mas parece ser difícil afirmar alguma coisa sobre significados a partir desta estratégia de behaviorismo lingüístico.

“Insisti em que poderíamos conhecer as condições de estímulo necessárias e suficientes de cada ato possível de proferimento numa língua estrangeira e, ainda assim, não saber como determinar em que objetos os locutores daquela língua acreditam. Ora, se a referência objetiva é tão inacessível à observação, quem poderá dizer, com razões empíricas, que a crença em objetos desta ou daquela descrição está certa ou errada? Como poderá alguma vez haver evidência empírica contra enunciados existenciais?^{71,,}

Uma das conseqüências de se vincular o significado ao comportamento lingüístico e não-lingüístico é que a noção de sinonímia como relação capaz de capturar identidades de significado, não funciona operacionalmente. Disto posto, fica claro que o argumento da indeterminação da tradução e da incapacidade de se fixar a referência dos significados de uma palavra é uma continuação da intuição desenvolvida nos Dois Dogmas”, a respeito da analiticidade (se não sabemos qual o significado geral e único de uma palavra, como saber a relação entre duas?). Fica claro também que o artigo é um marco a partir de onde outras teses serão desenvolvidas. Mais uma vez, é importante lembrar que Quine não quer dizer que as palavras sejam vazias de significado, mas que há uma falta de padrão de referência para determiná-lo. Como sugeri no início destas considerações sobre o artigo “Dois Dogmas sobre o Empirismo”, mesmo defendendo o abandono da noção de significado e da distinção analítico-sintético, Quine corrige sua intensidade e propõe teses mais modestas.

⁷⁰ “Falando de Objetos” págs.123-137

⁷¹ *Ibid.*

Em uma entrevista para os *Cahiers de Royaumont* de 1962 publicada como um artigo intitulado “Le Mythe de la Signification”, Quine é mais tolerante com a noção de significado e a aceita, criticando apenas sua fundação. Diz que o único sentido que podemos atribuir ao significado é um sentido operacional, relativo ao emprego semântico⁷². “Je me propose de démontrer que la notion de signification d’une façon générale est à la fois mal fondée et superflue. Il n’entre pas dans mon intention de démontrer que le langage ne présente aucune signification. Que les mots et les phrases dont on se sert, au sens courant ‘d’avoir un sens’, aient un sens, je n’en disconviens pas. Le langage ordinaire s’applique à des situations, provoque des réponses, et dans cette mesure même, présente une signification.⁷³” E então, mesmo enfraquecendo a tese contra a existência de significados, reafirma a abordagem anti-metafísica: “Ce contre quoi je m’insurge plus particulièrement, c’est l’idée d’une identité ou d’une communauté de sens sous le signe, ou d’une théorie de la signification qui en ferait une sorte d’abstraction supra linguistique, dont les formes du langage seraient le pendant, ou l’expression.”

Assim, ele afirma manter o sentido de significado apenas nos casos onde “ele faz sentido”, qual seja, os casos dos significados-estímulos e das sinonímias intra-subjetivas (como por exemplo no caso do solteiro e do não-casado). A intenção é de se opor à idéia de que há um sentido nas palavras que se sustente fora da experiência, que seja ideal e puro. A crítica também procura mostrar que não existem *a priori* ontológicos. – não há nada transcendente e nada que possamos saber sem que tenhamos experimentado a realidade objetiva, a cultura e tenhamos tido, portanto, aprendizado disso. A afirmação de que a experiência constitui necessariamente a linguagem e o conhecimento implica, obviamente, na rejeição da idéia de que há coisas que podem ser conhecidas anteriormente a um contato empírico qualquer (a noção de conhecimento *a priori*).

E apesar de toda intensidade na crítica à analiticidade, Quine afirma a existência, em outros escritos, das verdades necessárias – verdades que não podem ser falsas. Diz que as sentenças da lógica e da matemática são verdades necessárias e “analíticas” neste sentido. Esta afirmação, porém, só será feita muito

⁷² “Le Mythe de la Signification”, pág 183

⁷³ *Ibid.* pág. 139

tempo depois do artigo “Dois Dogmas”. Na entrevista a Lars Bergström e Dagfinn Follesdal em 1993, Quine diz:

“Então sim, o resultado é que eu penso que as verdades da lógica são analíticas no sentido tradicional da palavra, quer dizer, verdadeiras em virtude do significado das palavras. Ou, como eu prefiro colocar: elas são aprendidas ou podem ser aprendidas no processo de aprendizado do uso destas palavras mesmas, e não envolvem nada mais.”

Finalmente, considero o artigo “Dois Dogmas do Empirismo” como um marco importante no projeto de naturalização da epistemologia. No artigo “Aspectos da Epistemologia Naturalizada de Quine”, Robert Fogelin resume os propósitos do artigo de 1951:

“Ao contrário do que o título possa sugerir, o objetivo deste artigo não é rejeitar o empirismo, mas, ao contrário, argumentar que os empiristas lógicos não foram suficientemente empiristas em seus pontos de vista. (...) De um modo geral, o que Quine rejeitou como sendo anti-empírico foram os métodos conceituais a priori presentes no uso da distinção analítico-sintético (...)”⁷⁴,

Resta saber se o próprio Quine conseguiu ser suficientemente empirista em sua epistemologia.

⁷⁴ “Aspects of Quine’s Naturalized Epistemology” pág. 29